

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia: Protagonismos,
Resistências e Agenciamentos da Vida Cotidiana**

Fabiana Helena da Silva

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA:
PROTAGONISMOS, RESISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS
DA VIDA COTIDIANA**

FABIANA HELENA DA SILVA

*Sob a Orientação da Professora
Carly Barboza Machado*

Dissertação apresentada ao Curso do Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos necessários à obtenção
do título de Mestre em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c

Silva, Fabiana Helena da, 1977-
Comunidade quilombola da Ilha da Marambaia:
protagonismos, resistências e agenciamentos da vida
cotidiana / Fabiana Helena da Silva. - Seropédica,
2025.

90 f.: il.

Orientadora: Carly Barboza Machado.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, 2025.

1. Comunidade Quilombola. 2. Ilha da Marambaia. 3.
Agenciamentos. 4. Documentos. I. Machado, Carly
Barboza , 1975-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FABIANA HELENA DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2025

Documento assinado digitalmente

 CARLY BARBOZA MACHADO
Data: 12/03/2025 13:07:35-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. Carly Barboza Machado. UFRRJ (orientador)

Documento assinado digitalmente

 JULIANA DE FARIAS MELLO E LIMA
Data: 27/02/2025 20:50:09-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. Juliana de Farias Mello e Lima. UNICAMP

Documento assinado digitalmente

 FLÁVIA BRAGA VIEIRA
Data: 10/03/2025 20:26:10-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Dra. Flávia Braga Vieira. UFRRJ

EPÍGRAFE

“Nós somos o começo, o meio e o começo. Nossas trajetórias nos movem, nossa ancestralidade nos guia”
(Nego Bispo).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as comunidades quilombolas que lutam pelo direito de existir, pelo acesso à educação e por cidadania. À comunidade quilombola da Ilha da Marambaia pelo exemplo de perseverança que tem dado às demais comunidades!

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS.

À minha orientadora professora Carly Machado, pela leitura atenta e cuja orientação foi fundamental para a execução deste trabalho, sendo inspiração e exemplo.

Ao Grupo de Pesquisa CORRE, lugar de referência para o aprofundamento dos estudos sobre os quais me debruçei ao longo do mestrado, sobretudo por ser um local de acolhida, força e amor em dias difíceis. Vocês são raros!

Às professoras da banca examinadora, Flávia Braga Vieira e Juliana Farias, pela leitura e contribuições! Muito obrigada!

À comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, que se tornou a minha segunda casa durante esses dois anos de mestrado. Em especial, à presidente da gestão 2023, Jaqueline Alves, por ter me recebido e à minha amiga Rita Marçal, grande motivadora e incentivadora do projeto que me levou a conhecer a ilha.

Ao atual presidente da ARQIMAR, Fábio Marçal, por ter permitido a continuidade do meu trabalho e confiar-me a execução de outros projetos na comunidade.

A todos ao que passaram pelo Projeto de Leitura de Editais da ARQIMAR: Renata, Rafaela, Rayane, Rômulo, Vânia, Vitória, Maria Júlia, Adriano, Mayara, Natã, Érica, Dafne, Eduarda, Adrielly, Rafael, Lorraine, Glauber, Breno, Geovana, Cleyson, Letícia e Milla.

À Pedrina e Ruan, pela companhia nas incontáveis travessias que fiz para a Marambaia.

À Dona Didi, por compartilhar suas histórias vividas na ilha.

À PRÓ-PPG, pelo apoio concedido às pesquisadoras mães em 2024.

Às minhas filhas, Isabella e Heloísa, pelo apoio e companhia em todos os momentos da vida, especialmente durante esta empreitada acadêmica, amo demais as duas!

Às minhas irmãs Dayse, Kátia, Janaina e Elizângela, por vibrarem a cada nova conquista nesta trajetória acadêmica.

À minha mãe Helena Cabral, por torcer mesmo que de longe pelas minhas conquistas!

Ao meu pai José Deodato (in memorian), eternamente lembrado e honrado!

À minha amiga Norma Maciel, pela companhia em dias de campo e pela partilha de experiências de vida a contar da época do COPAMA.

À minha amiga Juliana Borges, por torcer por mim a partir do início deste processo e também desde que nos conhecemos no COPAMA.

Aos moradores da Marambaia: Dona Lidia, Dona Sônia, Bárbara, Teita, Seu Naná, Dona Dulce, Joezi, Denise, Biú, Angélica, Érico, Valdo, Lino, Palu, Guito, Osmar, Elcio e Dona Santana, gratidão por dividirem tantas histórias e por me receberem com tanto carinho na ilha!

Muito obrigada a todos!

RESUMO

SILVA, Fabiana Helena da. **Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia: Protagonismos, Resistências e Agenciamentos da Vida Cotidiana.** 2025. 90p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Este trabalho é resultado de um estudo do cotidiano dos moradores da Comunidade de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia/RJ. O acesso à ilha é feito a partir de um rígido controle por parte da Marinha do Brasil, instituição que por décadas disputou a posse da ilha com os moradores. Este processo de disputa culminou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Condutas - TAC em 2015. A entrada neste campo se deu a partir de um Projeto de Leitura de Editais de acesso ao Ensino Superior, trabalho que seguiu em concomitância à etnografia do dia a dia dos moradores da ilha. O estudo desdobrou-se em uma antropologia dos documentos com três fases distintas: inicialmente pela ausência, frente a uma doação verbal de terras no período pós abolicionista. Em seguida, pela fase em que os documentos ilegíveis produzidos pelo Estado interferiram na vida dos moradores da ilha, ocasionando na sua expulsão de muitos deles. E a terceira fase é a atual, observada no cotidiano dos ingressantes do Projeto de Leitura de Editais na Universidade, momento em que a comunidade registra, produz documentos e os arquiva. Sua luta se institucionalizou através da criação da Associação de Moradores, que utiliza a linguagem da burocracia para estabelecer os seus diálogos com o Estado e demais instituições.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola, Ilha da Marambaia, Documentos.

ABSTRACT

SILVA, Fabiana Helena da. **Quilombola Community of Ilha da Marambaia: Protagonisms, Resistances, and Agencies of Daily Life.** 2025. 90 pages. Master's Dissertation in Social Sciences. Graduate Program in Social Sciences. Institute of Human and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

This work is the result of a study on the daily life of the residents of the Community of Quilombola Remnants of Ilha da Marambaia/RJ. Access to the island is strictly controlled by the Brazilian Navy, an institution that, for decades, disputed ownership of the island with its residents. This dispute culminated in the signing of the Term of Conduct Adjustment (TAC) in 2015. Entry into this field occurred through a Project for Reading University Admission Notices, a work that was carried out alongside an ethnographic study of the daily life of the island's residents. The study unfolded into an anthropology of documents with three distinct phases: initially, the phase of absence, following a verbal land donation in the post-abolition period. Next, a phase in which illegible documents produced by the State interfered with their lives on the island, leading to the expulsion of many. The third phase is the current one, observed in the daily lives of those who joined the University's Notice Reading Project, a time when the community registers, produces documents and archives them. Their struggle was institutionalized through the creation of the Residents' Association, which uses the language of bureaucracy to establish its dialogues with the State and other institutions.

Keywords: Quilombola Community, Ilha da Marambaia, Documents.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DA ILHA DA MARAMBAIA: COMO DOCUMENTOS PRESENTES E AUSENTES FAZEM UMA COMUNIDADE	24
1.1 “Onde estavam as mulheres?”	28
1.2 Uma etnografia atravessada por documentos.....	34
1.3 Estamos perdendo os jovens: escola, território e pertencimento.....	38
1.4 Sai a Escola, entram a Marinha e o Centro de Adestramento	41
CAPÍTULO II - AJUSTAMENTO DE CONDUTAS	46
2.1 Os “novos tempos” e a regulamentação das relações entre comunidade e Marinha.....	48
2.2 O Caso do Érico	52
2.3 A travessia e os documentos que regulamentam o transporte.....	54
2.4 Isso aqui não é ônibus! A falta de acessibilidade e sensibilidade na embarcação	61
CAPÍTULO III - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA: A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PELOS DOCUMENTADOS	67
3.1 Colocando as queixas no papel: a carta escrita para o Presidente Lula	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
ANEXOS.....	84

INTRODUÇÃO

Marambaia, meu chão

Mais que ilha, mais que restinga,
És o ventre, o porto, e o coração,
Com meus pés fincados em teu sal,
Sinto tua onda me tombar,
Mas me ergo, porque é um sinal,
Me chamando para andar.
Cada passo, cada trilha,
Pé na areia, dor na pedra,
Tua terra é a minha vida,
Onde a memória é perpétua.
Quilombo eu sou
Sou espectro vivo ainda
Sou caiçara, sou raiz,
Sou voz que ecoa e não finda

Não somos passageiros nessa terra
Somos donos, filhos, e ancestrais,
Caminho em ti, tu em mim,
E o ciclo da vida sem paz.
Cada grão de areia é meu,
Cada árvore, cada pedra,
E meu corpo, é teu,
Tua alma me cede, e me cobra.
Somos o mar que nos toca,
Somos o sol que queima,
Somos a terra em que brota,
Somos a memória que reina.
Aqui onde a vida renasce,
Onde a morte é só renovação,
Não há pedra sobre pedra,
Pois somos a terra em união.
E se ousarem nos roubar,
Seremos sombra, seremos maldição,
Pois toda Marambaia é nossa,
E somos dela uma só Junção.

(Vitória Alves, quilombola da Marambaia)

Para quem chega à ponta da orla de Itacuruçá, chama atenção uma ilha situada no lado direito da praia, distante, cuja enorme silhueta cinza tira a visão do mar aberto. Para quem está no continente, a Marambaia também desperta curiosidade. Talvez pelo fato de ser a única ilha não inclusa nos passeios de barco, uma das principais atividades turísticas locais.

A ilha é uma referência para as pessoas que moram no continente ou que trabalham próximo ao cais. Se a sua silhueta estiver bem delineada, há grande chance do restante do dia ser de sol. Quando a ponta da Marambaia é visível para quem está em Itacuruçá, igualmente é um sinal de tempo bom. Já se vem um vento sudoeste, a Marambaia fica encoberta por neblina, o que pode indicar ser apenas vento. Mas se ocorre mudança brusca no tempo, a ilha mesmo distante é capaz de sinalizar, “sumindo do mapa” de forma repentina. E quando ela não “diz

nada”, é hora de ligar o alerta, se resguardar, sair da praia; pois uma virada pode estar a caminho, com ventos fortes e mudança na maré.

No entanto, a Marambaia não é apenas uma referência sobre o tempo. Muito se fala dela do lado de cá do continente. Conheci essa ilha através das histórias que vinham de lá, durante os anos em que desenvolvi uma atividade de venda de plantas em frente a área da Marinha em Itacuruçá. Ao longo desse período, conheci alguns moradores das diversas áreas habitadas da região de Itacuruçá, como Jaguanum, Gamboa e Flexeira. Dentre os usuários assíduos destes cais, moradores da Ilha da Marambaia. No início, era inevitável observar as pessoas das embarcações particulares: seus trajes sempre mais leves e despojados em comparação com os das pessoas que vinham da Marambaia, quase uniformizados com calça, tênis e camisa. Com o passar do tempo, percebi que se tratava do traje obrigatório para acessar o barco da Marinha, responsável por realizar o transporte de passageiros para a ilha da Marambaia. Pouco depois de estar trabalhando ali, passei a observar a emergência do uso do traje adequado, quando certa vez emprestei um tênis e fiquei com a sandália de uma visitante para que ela pudesse entrar no barco da Marinha e, no final do dia, com o seu retorno, desfizemos as trocas de calçados.

No passado, a Ilha da Marambaia abrigou fazendas de café e foi local de engorda de negros traficados do continente Africano (Arruti, 2003; Yabeta e Gomes, 2013; Yabeta, 2014). Com o fim do processo escravagista no Brasil, a população remanescente permaneceu na ilha, na condição de libertos e donos da terra pois, segundo eles, o proprietário da ilha distribuiu as terras verbalmente entre as famílias que atualmente formam o Quilombo da Marambaia. Nas últimas décadas, a Marambaia passou por muitos processos relacionados à sua titularidade, que vão desde questões relacionadas à sua venda e acúmulo de dívidas, até o confisco das terras pela União, processo que resultou na implementação de uma base naval da Marinha do Brasil na ilha na década de 1970 (Alves e Arruti 2010).

Depois da chegada da Marinha, teve início uma disputa interna da ilha entre ela e os moradores do quilombo. Esta disputa foi encerrada somente no ano de 2015 com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Condutas - TAC (Alves e Arruti, 2010; Yabeta, 2014). Sobre essas disputas e o TAC falarei ao longo deste trabalho. Atualmente, a Ilha da Marambaia é dividida entre as partes, porém a Marinha detém o controle de acesso e é quem realiza o transporte que liga a ilha ao continente, através do distrito de Itacuruçá. Por este motivo, as 14 praias da ilha da Marambaia não são incluídas no “cardápio” turístico de Mangaratiba, como as demais ilhas e as praias de Itacuruçá.

Rita, a ARQIMAR e o Projeto de Leitura dos Editais

O comércio próximo ao cais de Itacuruçá costuma abrir cedo, por volta das seis da manhã. Alguns até investem em roupas do tipo jeans com elástico e tênis mais em conta, porque é muito comum aparecer alguém com urgência de embarcar e vestido inadequadamente. A embarcação da Marinha mais assídua no cais de Itacuruçá é a Sargento Borges, o “Borjão” ou simplesmente “Borja”, derivações do nome pronunciadas pelos moradores. Quando ela atraca no cais, é comum ver pessoas fazerem fotografias com ela ao fundo. Em minhas lembranças mais antigas, trabalhando ali próximo à praia, me vem a imagem de Rita saindo do *pier* vestindo jeans e tênis, com seu filho Ruan, trajando roupas semelhantes. Rita é moradora da Praia Suja, na Ilha da Marambaia, uma mulher negra, de baixa estatura, mas gigante em muitos aspectos: solidária, prestativa e sempre dedicada ao seu trabalho na comunidade.

Um grande predicado de Rita é a sinceridade, o que ela considera ser também seu maior defeito, justificando “*ser dessas*” que diz o que pensa “*na lata*”, o que também já abalou nossa relação algumas vezes. Jongueira do grupo “Filhos da Marambaia”, é uma grande amiga que fiz na praça, local onde conversávamos bastante sobre muitos assuntos enquanto aguardava o horário do barco. Ela concilia o seu ofício de agente de saúde com a função de membra da diretoria da Associação de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia¹ (ARQIMAR).

Nossa relação se estreitou desde o dia em que Rita aguardava o horário da embarcação Sargento Borges. Acredito que esta nossa conversa deve ter acontecido no final de 2021, ocasião em que eu estava me organizando para a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC na Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Eu estava imersa em papéis, relatórios de estágio, cadernos, folhas avulsas e rascunhos, tentando me encontrar em meio à minha organização precária de sempre. Rita se aproximou de onde eu estava “trabalhando” e disse: “*Que tanto você escreve? Tá estudando?*” Eu respondi que estava terminando um curso na faculdade e que procurava anotações para inserir no meu trabalho final. Neste momento, ela começou a falar sobre editais que chegavam à comunidade e sobre a falta de tempo e de entendimento de como inscrever os jovens e demais interessados. Dentre esses assuntos, comentou ainda sobre a ausência de uma escola de ensino médio na ilha e as dificuldades enfrentadas pelos moradores para completar os estudos. Diante do3s empecilhos, cursar uma

¹ A Associação dos Remanescentes Quilombolas da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) foi fundada em 2003, tendo como primeiro presidente o Sr. Dionato, muito conhecido como Seu Naná.

universidade não era cogitado pelos moradores da ilha e, por isso, a implementação da escola de ensino médio era uma das principais lutas travadas pela ARQIMAR naquele momento.

Deste modo, os editais foram se tornando assunto recorrente entre nós. Eu prometi à Rita que, quando estivesse terminado o curso, estaria à disposição para ajudar com a leitura dos editais e a inscrição dos interessados da ilha. Segundo ela, estes editais eram enviados por colaboradores da comunidade, instituições e empresas, e era impossível realizar a leitura minuciosa de tudo que chegava. Na maioria das vezes, os editais eram replicados pela diretoria nas redes sociais, nos grupos de conversa *on-line* mantidos entre a associação e os moradores, sem muito acesso, entendimento ou retorno por parte deles. Eu sempre ouvia isso de Rita como uma demanda muito importante e cada vez mais passei a pensar nesta ação como uma oportunidade de atuação política-militante. Interesse esse despertado a partir da minha participação no ETNOPET², que me proporcionou a oportunidade de conhecer diversas comunidades tradicionais no Rio de Janeiro, Búzios, Paraty e Angra; abrangendo quilombolas, caiçaras e indígenas, porém com mais ênfase nas comunidades quilombolas.

Preparei então uma proposta de trabalho com os editais e entreguei à Rita em Itacuruçá. Depois deste dia, ela agendou minha ida à ilha para conversar com os demais componentes da diretoria. Neste meio tempo, Raiane, sobrinha de Rita, me procurou em Itacuruçá dizendo que havia completado dezoito anos e que iria procurar emprego em Itaguaí, mas que sua tia havia comentado sobre a faculdade. No mesmo dia, Raiane fez um grupo de WhatsApp e me inseriu nele, junto com alguns jovens da Marambaia. Assim, fomos tentando uma comunicação, apesar da precariedade de acesso à internet na ilha. Passaram-se uns quinze dias até que eu fosse informada da data e horário da minha entrada na ilha, isso porque o agendamento depende de uma autorização da Marinha. Esta espera me fez conhecer Jaqueline, presidente da ARQIMAR, e descobri que ela era uma antiga cliente, que comprava rosas comigo.

Faço um salto para falar do meu primeiro encontro na Marambaia com os membros da diretoria em março de 2022. Sobre o embarque, a travessia e os demais processos, falarei separadamente. Cheguei na ARQIMAR com Ruan, filho de Rita, funcionário civil da Marinha, que me acompanhou até a sede do quilombo, me ajudando com as bolsas. Boa parte deste trajeto fizemos na companhia de Pedrina até a altura da Rua da Jaqueira, onde ela mora. Pedrina é uma figura muito presente no continente, onde também vende lanches e sobremesas geladas que sobram da venda no barco da Marinha.

² Programa de Educação Diferenciada e Etnodesenvolvimento: Formação de Professores Quilombolas da UFRRJ.

Depois da despedida de Pedrina, seguimos eu e Ruan. Era um dia muito quente e a longa caminhada na areia fofa, carregando peso, fez o trajeto parecer ainda maior. A bela paisagem compensava a tensão de viajar primeira vez no barco. Para quem tem aversão às armas, como eu, foi uma verdadeira “prova de fogo”. Tudo isso, acrescido da falta de entendimento de algumas dinâmicas ocorridas durante a viagem de ida, me criava uma enorme insegurança com a volta. Sim, eu nem tinha chegado na associação e estava preocupada em como seria o embarque de volta.

Durante este caminho, Ruan comentou que à tarde teria que voltar em Itacuruçá no barco da Marinha. Ele faria um serviço pela Marinha por lá, o qual eu não compreendi muito bem, mas àquela altura eu só queria uma companhia para voltar. Perto de chegar, eu já estava me sentindo mal pois o barco estava com um cheiro forte de óleo diesel; mas senti um alento em saber através do Ruan que nem estava tão ruim como de costume, e que era comum o transporte de combustível e demais suprimentos para serem utilizados na ilha pelos militares. Sorte foi poder contar com um pedaço de paraíso da ilha para abstrair: o lado esquerdo de quem vai para a associação é ocupado pelo mar, areia fofa e muito limpa, com sombra e brisa fresca.

Logo que chegamos na associação de moradores, Rita reparou que eu estava meio “sem rumo” e foi a primeira pessoa a me receber. Jaqueline e os demais membros estavam na sala ao lado atendendo alguns moradores. Enquanto eu bebia água, confessei pra Rita que estava sem saber como faria para voltar e que estava preocupada, pois tinha passado por momentos muito tensos no embarque: não tinha lugar para eu me sentar, o barco estava lotado e alguns militares portavam fuzis e pistolas. Alguns deles eram muito jovens, e eu ficava pensando “*Será que esse menino travou essa arma? E se deixar cair?*” O fuzil parecia pesado demais para eles. Achei aquele ambiente hostil, muito pesado. Antes que seu filho fosse para casa, Rita combinou com ele para passar na ARQIMAR às duas horas da tarde, a fim de me auxiliar no embarque de volta para Itacuruçá. Neste dia conheci também alguns vizinhos da ARQIMAR.

A sede do quilombo é composta por um varandão e uma cozinha equipada com fogão industrial, geladeira e algumas estantes de ferro que acomodam copos e pratos coloridos (muito utilizados nas festas), panelas de uso industrial e utensílios de cozinha em geral. À direita, um pequeno corredor dá acesso aos sanitários, feminino e masculino. No fim deste corredor há uma pia compartilhada que serve aos dois ambientes, banheiros e salão. Uma das paredes que dá acesso à sala da diretoria - que também funciona como base do CRAS³ - é coberta com tecidos

³ Centro de Referência de Assistência Social.

coloridos, o que produz um efeito visual de mosaico, lembrando as estampas dos tecidos africanos. Já a sala da diretoria abriga armários de arquivos e ofícios, e uma mesa grande para reuniões. Possui ainda computador portátil, impressora, aparelho de Wi-Fi, duas mesas para atendimento e cadeiras utilizadas nos grandes eventos, além de acomodar doações. Em frente à sede, uma placa de ferro demarca a área da “Praça de Eventos”. Por fim, no lado direito do quintal, um espaço ensolarado abriga o projeto de horta atual, em fase inicial de implementação.



Figura 1: Presidência da ARQIMAR 2023: Denise, Angélica, Rita, Jaqueline e Lino.

Fonte: Registro da autora.

A sede do quilombo sempre é muito frequentada. Por vezes, durante a reunião, Jaqueline ou Rita tiveram que sair para atender algum morador da ilha que chegava com demandas para o CRAS. Vez ou outra nossa conversa era interrompida pelas calorosas saudações: “Paz do senhor!”, “Bom dia, a paz!”, “Paz”; e foi assim que conheci alguns evangélicos na ilha, incluindo Jaqueline e Dona Lídia, membras da diretoria.

Neste dia apresentei minha proposta de trabalho voluntário a respeito dos editais entregues na ilha. Estiveram nesta reunião além de Rita: Dona Lídia, Jaqueline, Angélica, Denise, Seu Paulo e Lino. Fizemos um cronograma simples de atividades a serem realizadas na ARQIMAR, por conta da logística e sinal de internet. No início não foi muito fácil, percebi que mesmo já sendo conhecida de longa data, uma sensação de desconfiança às vezes “pairava no ar”.

Relações de (des)confiança e a construção de um projeto de pesquisa

A principal forma de comunicação entre a comunidade e a Marinha é realizada através de ofícios e estes ficavam arquivados na sala da Jaqueline, bem ao lado da sua mesa, próximo à impressora e ao computador. Mesmo tendo sido autorizada por ela a utilizar esse espaço, percebi que meu acesso a este local não era um consenso entre todos os diretores. Rita declaradamente “disse na lata” que se opunha, talvez porque sentisse o peso da responsabilidade de ter me levado para a ilha e já soubesse que, se algo desse errado, certamente seria responsabilizada. Diante desta situação, Rômulo, que vez ou outra auxiliava Jaqueline na ARQIMAR, se voluntariou para imprimir o material que precisávamos. Meses depois a pesquisa me levou a esses ofícios, os quais consultei na presença da Jaqueline e da Dona Lídia, que decidiram na época os documentos que poderiam ser acessados, tendo em vista que “*alguns deles apresentavam questões muito pessoais de moradores*”, segundo elas.



Figura 2: Acesso à pasta de ofícios com Lidia e Jaqueline, registrado por Rita Marçal em 2023.
Fonte: Arquivo da autora.

Antes do TAC, existiam algumas regras muito rígidas impostas pela Marinha, impedindo a construção e a manutenção de novas casas. Depois, a desconfiança girava em torno de um boato sobre algumas pessoas da comunidade estarem sendo favorecidas com o afrouxamento dessas regras por parte Marinha e, consequentemente, traendo o coletivo. Mas na realidade, não se sabia ao certo se tal informação procedia de fato, ou se teria sido implantada pela Marinha com o intuito de desmobilizar ou abalar as relações entre os ilhéus da Marambaia. A desconfiança, neste sentido, seria um resquício dessa época e utilizada também como forma de proteção.

Após um tempo convivendo na Marambaia, percebi que a desconfiança era presente até certo ponto, possivelmente como uma estratégia para não deixar escapar informações importantes sobre o curso da vida na ilha. Até as pessoas terem certeza de que eu estava ali com o objetivo de somar na luta da comunidade, eu sempre me sentia muito observada, apesar de todas as atividades serem realizadas na ARQIMAR ou, quando fora da sede, sempre acompanhadas por membros da diretoria. Por vezes, algum morador lembrava: “*Você é a moça da planta de Itacuruçá?*” Ou falavam baixinho: “*O que a moça da planta tá fazendo aqui?*”. E então eu seguia firme mesmo tendo que conviver com essas sensações. Procurei entender que seria natural estarem desconfiados da minha presença, com minha intenção por diversas vezes sendo colocada à prova.

Enquanto atuava no projeto voluntário de editais, apresentei à diretoria minha proposta de realizar a pesquisa de mestrado na Marambaia de forma concomitante. Atuando nestas duas empreitadas na ilha neste momento, percebi que a comunidade possuía um enorme apego à sua história do passado relacionada à oralidade e tudo que na concepção dos moradores estivesse ligado à memória ou à cultura. Senti um grande entrave em tentar revolver essas histórias e em insistir em pesquisá-las. Hoje vejo suas histórias sendo contadas durante as rodas de jongo e a satisfação que esses ilhéus têm em contá-las. A pesquisa acadêmica não é o meio desejado por eles para serem conhecidos, como disse Jaqueline na nossa primeira reunião: “*Estamos cansados de sermos os pesquisados, a gente quer passar para o lado de lá*”.

Eu já tinha acompanhado a comunidade em alguns eventos, feito registros e possuía uma infinidade de dados entrelaçados, no entanto, eu não conseguia enxergar um caminho para a pesquisa. Tentava agrupar os membros da comunidade em nichos de diferentes tipos, como: membros do projeto de leitura, membros do grupo do jongo e integrantes do Grupo de Louvor. Até me dar conta que um mesmo membro ocupava mais de um nicho. E diante de tantos dados conectados entre si, eu não sabia por onde começar.

A minha participação no Grupo de Pesquisas CORRE⁴ foi um divisor de águas no trabalho em curso. Ao apresentar minhas impressões sobre o campo neste coletivo, consegui pensar em uma direção de pesquisa, de forma que estar neste grupo foi imprescindível para que a pesquisa acontecesse. E reservo um espaço para falar da contribuição individual de cada integrante desse grupo durante as sessões neste trabalho.

⁴ Grupo de Pesquisas CORRE - Experimentações Etnográficas em Territórios Urbanos da UFRRJ.

Continuei por alguns meses atuando de forma concomitante nas duas frentes de trabalho, o voluntariado e a pesquisa. E teve dias em que eu já não sabia o que estava indo fazer na ilha: se estava indo coletar dados da pesquisa, ajudar alguém em relação aos editais ou simplesmente indo visitar Jaqueline na associação. Mas nesses dias de incertezas, dava tudo muito certo, eu sempre voltava com anotações importantes sobre o campo. Como aconteceu em um dia em que choveu muito, não apareceram muitos jovens na ARQIMAR e boa parte do tempo ficamos eu, Dona Lidia e Dona Lurdes (mãe da Jaqueline) conversando próximo à cozinha. Fizemos o almoço e ficamos ouvindo as histórias de Dona Lidia, quando surgiu um morador vindo da praia à procura da Jaqueline. Sua demanda para o CRAS era relacionada ao avanço do mar sobre as casas situadas na orla. Antes deles se reservarem na sala dela, o morador falou que, ao vir de barco da praia onde morava até a Praia Suja, havia visto alguns golfinhos. Neste momento, Dona Lidia disse: “*Se tem golfinho tem peixe, a gente aprende desde criança*”.

Nos dias em que eu tive certeza de que estava indo realizar apenas a pesquisa, munida de repelente, filtro solar, caderneta de anotação e muitas garrafas d’água, foram os dias em que eu não encontrei nenhum morador. Caminhei por horas, fotografei algumas praias vazias, trilhas com o chão marcado por vassoura de jardim e longos caminhos preservados. Embora não tenha encontrado pessoas, seus vestígios estavam ali: no mato aparado, no chão varrido, nas folhas amontoadas no canto da trilha. Sinais da presença humana marcada pelo cuidado com a natureza e com a preservação do local.

Em contraste a tudo isso, conforme avançava em direção à Praia Suja, escutava sons de estampidos de tiros, fogos de artifícios e pássaros em bando saindo das copas das árvores. Havia placas informando sobre áreas de tiro e um militar saindo do mato portando um fuzil me orientou a voltar para uma área segura. E chegando neste “oásis”, eu teria cerca de uma hora para vestir um jeans por cima do short, uma camisa - mesmo muito suada - e estar plena na área de embarque para voltar ao continente; do contrário, perderia o único barco da tarde rumo à Itacuruçá.

Ao confrontar a realidade da ilha com a intenção de realizar uma pesquisa etnográfica, precisei adequar o projeto e por diversas vezes refazer rotas. A difusa geografia da ilha entre os aglomerados de casas, formada por praias pequenas com costões rochosos intransitáveis, obstáculos pela areia e por dentro da ilha, com a necessidade de deslocamentos pelo mar, via barco fretado. Tudo isso demandaria muito mais tempo, recursos financeiros extras e talvez pernoites, o que seria muito difícil para conciliar com a minha vida pessoal e estudos. Precisei levar em consideração ainda o fato da ilha ser utilizada como área de treinamento, e que nos dias de treino os moradores eram orientados a se resguardarem e não transitarem em

determinadas áreas.

Como minha ideia principal era realizar o acompanhamento do cotidiano dos moradores, voltei para casa pensando como conseguiria fazer isso em uma ilha tão grande e moradores tão distribuídos.

Pensando na impossibilidade de realizar esses deslocamentos, fiquei alguns dias elaborando uma forma de acompanhar uma família, me debruçando sobre as questões cotidianas dela. No entanto, percebi que o dia a dia das famílias é muito diferente de uma praia para outra: umas vivem exclusivamente da pesca e outras trabalham no continente, voltando no barco da tarde. E eu desejava encontrar um ponto em comum a um grupo maior de pessoas, independentemente da dinâmica de vida. Neste sentido, estar junto à associação de moradores foi importante para o andamento da pesquisa, acompanhando o cotidiano dos moradores, seja nos eventos promovidos pela associação ou em suas reuniões - que aqui descrevo de forma sucinta, com o intuito de explicar a metodologia utilizada neste trabalho.

Tendo feito estas escolhas, o caminho percorrido em cada um destes espaços foi feito de forma distinta. Considero que em relação às travessias de barco, minha atuação tenha sido muito mais de observadora de como aconteciam as dinâmicas neste translado da ilha para o continente, e vice e versa, bem como a confecção do chamado “ROL de Embarque⁵”. Os nomes das pessoas solicitadas pelos moradores ou pela ARQIMAR para entrar na ilha são enviados à Marinha através de ofício e, quando autorizados, constam nesta lista de embarque. Além destas observações, documentos que regulamentam tal transporte também foram consultados, mas não de forma imediata porque dependiam da liberação da associação de moradores. Neste aspecto, as minhas impressões como passageira deste transporte também foram consideradas.

O fato da associação abrigar, na ocasião desta pesquisa, um núcleo do CRAS de Itacuruçá foi também uma possibilidade de conhecer outros moradores além dos participantes do projeto e seus parentes. Certamente, a associação de moradores foi um caminho que me proporcionou ouvir, participar e conhecer histórias relacionadas aos documentos escritos, tanto por parte da juventude do projeto como por parte dos moradores e da própria associação, cujos membros passavam boa parte do tempo manejando ofícios à Marinha e realizando os devidos repasses para os moradores nos grupos de conversas.

Deste modo, este trabalho de campo foi tão denso e reuniu dados tão diversos que poderia compor estudos sobre temas como: relações humanas com o meio ambiente, direitos humanos, moradia, transporte, educação e questões sociais, raciais, de gênero e/ou culturais.

⁵ Ofício no qual o oficial da Marinha confere os nomes das pessoas que irão embarcar.

Trabalho este que atravessou o mar e no continente registrou informações sobre o que foi vivido antes da pesquisa e, certamente, criou laços para além da consolidação dela.

Uma etnografia na Marambaia

A metodologia etnográfica foi escolhida para a execução deste trabalho. A compreensão sobre o potencial desse método qualitativo de construção de narrativas sobre o campo foi de encontro às especificidades do campo que se abriu à pesquisa, à medida em que gradativamente foi estabelecida e amadurecida de uma relação de confiança fruto da convivência e da intenção de acompanhar o cotidiano (Das e Poole, 2008). Nesta caminhada na Marambaia, as intenções da pesquisa foram testadas pelos atores do campo de diversas formas, com questionamentos, afastamentos e reencontros, dentre outras atitudes da vida normal que segue. Ao seu tempo, a comunidade que em um passado recente viveu sobressaltada com uma extrema vigilância geradora de punições (Foucault, 1979), precisou validar como segura a presença da pesquisadora no campo para as questões que eram demandadas diariamente, especialmente àquelas cujo êxito dependiam do segredo. Situações que precisei compreender na prática, através de negativas diretas e sem rodeios, tais como: “aqui você não pode entrar”, “este assunto é apenas nosso”, “não compete a você”, “apenas nossas advogadas podem entrar”. Foram frases muito sofridas no início, mas aprendi a relevar. Com o tempo, senti orgulho de mim mesma por não me incomodar em “ficar de fora” e ter aprendido que tudo pôde ser conhecido por esta pesquisa, intensamente, sem censura, menos o segredo.

Ainda em relação à dimensão dessas angústias, me reporto às experiências vividas pela antropóloga Sthefanye Paz (2025) na ocasião em que atuava como voluntária na Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro. A autora relatou ter vivido algo semelhante, ao sentir que ainda não era considerada como alguém de confiança pelas pessoas do barracão desta escola de samba. Contudo, a convivência e o estreitamento das relações com os agentes desse campo foram aos poucos levando-a a conhecer os demais espaços da escola e posteriormente a ocupar um cargo de pesquisadora. Atualmente, suas pesquisas são recursos técnicos para a elaboração de Sambas Enredos⁶. Refletindo assim as especificidades desses dois universos, aparentemente distintos, mas ambos habitados por pessoas negras e por conta dessas e outras atribuições também sendo chamados de quilombo.

⁶ “A negra voz do amanhã”. Samba Enredo da Mangueira de 2024, foi um resultado da pesquisa de campo da antropóloga Sthefanye Paz.

Tendo em vista esses aspectos, percebo que a etnografia cumpriu o papel de permitir a elaboração de narrativas sobre o campo de forma mais despojada em relação a outras práticas um pouco mais “engessadas”. Não é à toa que este método tem servido não apenas à antropologia, mas também a outras áreas do conhecimento como a educação e a psicologia, colocando em evidência os processos, as etapas e as metodologias. Magnani (2023) considera que esses protocolos não podem ser entendidos somente como um conjunto de técnicas, procedimentos e ferramentas para coleta e análise de dados, tais como observação, anotações, entrevistas, questionários e mapeamentos (Magnani, 2023, p.86).

De acordo com Magnani (2002):

“O método etnográfico não se reduz a uma única técnica, ele pode servir-se de várias; conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de aproximação e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (Magnani, 2002, p.17).

Através da observação participante (Geertz, 1998), a compreensão das subjetividades do campo e seus comportamentos foram convertidos em hipóteses. A interpretação dessas hipóteses, construídas a partir da observação, resultou na construção de significados, estando inseridas no contexto da pesquisa qualitativa (Minayo, 2019). Este último teórico considera inclusive que a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados (p.22). Com o intuito de ampliar a área de circulação desta pesquisa e a fim de entender o cotidiano da comunidade, a pesquisa que inicialmente estava concentrada na associação de moradores, passou a circular em outros espaços, como os eventos na ilha e fora dela, os quais estive presente na condição de convidada dos moradores.

A nível de registro, os deslocamentos para fora da ilha junto com a comunidade - relatados no caderno de campo - foram: as apresentações do Grupo de Jongo Filhos da Marambaia em Mangaratiba; comemoração de dez anos de assinatura do TAC no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro⁷; inauguração da exposição sobre essa comemoração⁷ e da exposição sobre a cultura quilombola no Shopping Pátio Mix na cidade de Itaguaí, intitulada "A Presença dos Africanos na Costa Verde: Tesouros da Realeza"⁸.

⁷ Mais informações sobre a Exposição no site do MPF: <https://www.mpf.mp.br/regiao2/sala-de-imprensa/noticias-r2/mpf-faz-pre-lancamento-de-documentario-201cmarambaia-do-quilombo-a-justica201d>

⁸ A exposição “A Presença dos Africanos na Costa Verde: Tesouros da Realeza” homenageou as quatro comunidades remanescentes de quilombos da Costa Verde: Campinho da Independência (Paraty), Ilha de Marambaia (Mangaratiba), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) e Santa Justina-Santa Izabel (Mangaratiba). Foram três meses de oficinas e workshops temáticos que celebraram a arte, a cultura e os saberes afrocentrados. Fonte: <https://centrodememorias.com.br/exposicao-a-presenca-dos-africanos-na-regiao-da-costaverde/>

Também estive com Dona Vânia Guerra na ocasião em que ela palestrou no Auditório Gustavo Dutra na UFRRJ, e acompanhá-la neste evento foi importante na construção dos argumentos sobre os resquícios da Escola de Pesca Darcy Vargas. Por último, e talvez o que mais me marcou nesta pesquisa foi acompanhar os ingressantes do Projeto de Leitura de Editais na UFRRJ, recepcioná-los, apresentar o *campus* e poder de fato inserí-los na nova experiência de vida como universitários.

Estrutura do trabalho

Procurei organizar essa pesquisa em três eixos, os quais não necessariamente estão agrupados ou em ordem cronológica, mas dispostos no trabalho à medida em que são acionados pelo conteúdo descrito.

O primeiro eixo é responsável por apresentar o campo e a metodologia de pesquisa. Orienta o leitor sobre o cotidiano dos quilombolas na ilha, os encontros de uma vida compartilhada e os atravessamentos de um território dividido com o Estado, representado aqui pela da Marinha do Brasil. Ainda neste item, um breve histórico da formação da comunidade, principais fatos narrados pelos moradores e do cotidiano vivido pela pesquisadora na ilha e seus desdobramentos. A metodologia utilizada para isso teve forte influência dos estudos de Veena Das e Deborah Poole (2008) sobre o acompanhamento do cotidiano, especialmente a experiência dessas autoras, em contextos nos quais as pessoas do campo sofreram algum tipo de violência do Estado e as formas como este age na manutenção das ausências, o que elas definem como “margem”. Ao registrar o cotidiano, pude estruturar a coleta de dados da pesquisa, e a partir do convívio com os moradores, conhecer que nas relações estabelecidas entre eles e a Marinha, prevaleciam àquelas relacionadas ao poder e docilização (Foucault, 1979; 1990).

O segundo eixo trata da delimitação dos documentos como objeto e, para escrever sobre o tema Antropologia dos Documentos, recorri aos trabalhos de Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020) e Juliana Farias (2020). As experiências dessas pesquisadoras foram imprescindíveis na elaboração das análises dos documentos no meu campo. A presença dos documentos no cotidiano dos moradores da ilha e aspectos como conteúdo, forma estética e meios de acesso foram aspectos considerados nesta pesquisa e discutidos especialmente em relação à sua inteligibilidade (DAS e Poole, 2008).

Por último, no terceiro eixo discuto as questões éticas no campo, as negociações verbalizadas ou não, as relações de confiança estabelecidas entre a pesquisa e a comunidade, a deleção dos segredos. Neste item, descrevo ainda sobre a atuação do antropólogo no campo como pesquisador e a eleição deste para papéis de representante da comunidade. Os trabalhos de Oliveira (2009) foram importantes na produção de reflexões sobre o envolvimento do antropólogo no campo e na confecção de laudos. Ainda nesse eixo, debato sobre a tendência de alguns antropólogos realizarem uma espécie de tutela sobre as pessoas do campo e para isso utilize os trabalhos de Baniwa (2019), antropólogo indígena que faz críticas à “tutela excessiva”. Do mesmo modo, ele também não poupa críticas à disciplina antropologia enquanto ciência, ainda com teor muito conservador e cujo histórico lançou dúvidas a respeito da humanidade de indígenas e negros.

CAPÍTULO I - A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DA ILHA DA MARAMBAIA: COMO DOCUMENTOS PRESENTES E AUSENTES FAZEM UMA COMUNIDADE

Este capítulo traz uma linha do tempo resumida sobre a Ilha da Marambaia a partir do século XIX (1856 -1888), época em que a ilha foi entreposto de escravos do Comendador Breves, e posteriormente atravessando o século XX com a problemática da ausência documental decorrente de uma doação verbal de terras, que contrasta com o excesso de documentos manejados pelos moradores da ilha algumas décadas depois. Apresento aqui também a condição das mulheres excluídas da formação escolar implementada pelo governo brasileiro, os desdobramentos e os resquícios deste processo. Além do início da luta dos moradores pela titulação das terras e a dificuldade na compreensão dos documentos produzidos pelo Estado, com quem disputavam a ilha. E chegando ao século XXI, mostro a burocratização da luta quilombola com a criação da ARQIMAR, a disputa interinstitucional e a produção de acervos documentais.

A ilha de Marambaia é situada na região litorânea entre Rio de Janeiro e São Paulo, no município de Mangaratiba (RJ), pertencente à Baía de Sepetiba, região conhecida popularmente como Costa Verde. À leste fica localizada uma extensa área de restinga e já na direção oeste, conhecida como a ponta da Marambaia, encontram-se as casas dos moradores. A ilha possui 14 praias e 432 moradores, em um total de 210 famílias, registradas no Censo⁹ de 2022. Estas famílias vivem distribuídas pelas praias e compõem o território reconhecido como “Quilombo da Marambaia”.

A história do surgimento da comunidade é bastante explorada em trabalhos como os de Arruti (2003), Alves (2010) e outros pesquisadores que se debruçaram em explicar os trâmites jurídicos a que esta comunidade foi submetida (Yabeta e Gomes, 2013; Yabeta, 2014). A ilha da Marambaia abriga as antigas histórias de negros escravizados nas fazendas de café do Comendador José de Souza Breves, considerado um dos mais poderosos cafeicultores da região sul do Estado do Rio de Janeiro. E também conhecido como “senhor do café e do tráfico” por ser um dos maiores traficantes de negros para o trabalho escravo de sua época. O “Breves” fazia da Marambaia um local de “engorda” desses negros, para depois comercializá-los a outros fazendeiros (Arruti, 2003, p. 6). Após a sua morte em 1889, a ilha passou a ser administrada por sua esposa, que em 1891 vendeu as terras para a Companhia Promotora de Indústria e Melhoramentos.

⁹ Fonte: Associação Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia - ARQIMAR. De acordo com o TAC, o censo é realizado pela Marinha do Brasil com apoio da ARQIMAR (TAC, p. 4).

Em 1896, a ilha foi transferida para o Banco da República do Brasil e nesses desdobramentos entre dívidas e acordos, a ilha passou a ser posse definitiva da União.



Figura 3: Em vermelho no mapa a Ilha da Marambaia e sua área de restinga.
Fonte: Google Maps.

A história de formação da comunidade quilombola da Marambaia deriva deste processo de doação das terras. De acordo com a literatura, muitos foram os processos que deram origem aos quilombos, conforme explica Schmitt *et al.* (2002):

“Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção” (Schmitt *et al.*, 2002, p. 3).

As comunidades de negros fugitivos foram encontradas a partir de 1575 (Gomes, 2015), porém o primeiro conceito de quilombo foi redigido apenas em 1740 pelo Conselho Ultramarino Português, cuja definição dizia “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”¹⁰. Para Gomes (2015), a etnogênese dos quilombos deriva de diferentes etnias africanas, sendo as palavras “quilombo” ou “mocambo” originárias da África central: em Quimbundo significam “acampamento provisório” e em Angola significam “pau de forquilha”, utilizado na produção de acampamentos.

¹⁰ Trecho presente na Lei Provincial n.º 157 de 9 de agosto de 1848 do Estado do Rio Grande do Sul e no Artigo 12 da Lei n.º 236 de agosto de 1847 da Assembleia Provincial do Maranhão. https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdfdigitalizado/Anais_Imperio/1847/1847%20Livro%201ok.pdf

Apesar de algumas referências sobre quilombos apresentarem a noção de um sistema isolado, formado apenas a partir de rebeliões e atos heróicos, Gomes (2015) explica que não se tratava de sistemas absolutamente rígidos, e que em suas origens de formação eram comuns os processos de dissolução e reestruturação, assim como o fluxo de entrada e saída de novos membros. De uma forma semelhante, Reis e Silva (2009) sugerem que nos quilombos existiam espaços sociais mesclados por barganhas, negociações e um diversificado comércio de produção agrícola.

O sociólogo Clovis Moura (1981) define quilombo como um agrupamento de pessoas, cujo sentido está relacionado ao conceito de resistência e formas de organização sociopolíticas que, para além do contexto da escravidão, visam abranger a questões étnicas e de territorialização. O povo negro nunca foi passivo à dominação escrava, eles sempre atuaram na mobilização de estratégias de resistência, demonstrando alta capacidade organizacional em busca de sua liberdade (Moura, 1981). De acordo com este último autor, tais agrupamentos visavam a manutenção dos padrões culturais de vida e a sobrevivência (Moura, 1988).

Arruti (2003) - na ocasião em que escreveu o Relatório Técnico Científico (RTC)¹¹ sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia - citou alguns relatos de moradores da época. Nestes relatos, os ilhéus replicavam as histórias ocorridas após o processo abolicionista de 1888, no qual o comendador teria distribuído¹² as praias entre as famílias dos negros libertos e que, posteriormente, esta “doação verbal” não teria sido considerada por sua esposa, que vendeu a ilha. De todo modo, mesmo diante destes processos em que a ilha se transformou em propriedade privada, as pessoas remanescentes do processo escravagista conseguiram se manter no território, vivendo livres durante muitos anos, desenvolvendo suas práticas culturais e de sobrevivência. No entanto, sem a documentação de suas terras.

Ainda segundo Arruti (2003), esta posse foi pacífica até 1939; após este ano, a implementação de outros empreendimentos na ilha por parte da União foi gradativamente modificando os modos de vida daquela população. Um desses empreendimentos foi fruto da expansão de uma instituição criada por Rafael Levi Miranda (1889-1969), a Fundação Filantrópica Cristo Redentor.

¹¹ Encomendado pela Fundação Cultural Palmares e elaborado por vários núcleos acadêmicos (Projeto EGBÉ / Koinonia, UFF – NRA e UFF – NUFEP. A pesquisa apresenta uma reconstituição da organização social e territorial do grupo, dando base para a emissão da Certidão de Auto-reconhecimento da Comunidade da Ilha da Marambaia como Remanescente de Quilombo.

¹² “Doação de antigo dono foi só verbal”. Reportagem de Athos Moura no Jornal “O Dia” em 14/12/2014.

Esta fundação filantrópica foi criada em 1935 na cidade do Rio de Janeiro, com intuito de prestar assistência aos mendigos e menores de idade desamparados. Neste panorama, a Marinha instalou na ilha a Escola de Aprendiz de Marinheiro, que funcionou por pouco tempo, entre os anos de 1908 e 1910 (Alves e Arruti 2010, p.16).

Em 1939, durante o Governo de Getúlio Vargas, a ilha da Marambaia passou a abrigar a Escola Nacional de Pesca Darcy Vargas (EPDV) e, apesar do nome da escola ser uma homenagem à Primeira-Dama do Brasil, Darcy Vargas, as mulheres ficaram de fora desta formação. O objetivo da escola era profissionalizar os filhos de pescadores, caiçaras e povos tradicionais que viviam da pesca artesanal de todo o litoral brasileiro, ou na versão dos moradores: “Ensinar os filhos de pescadores a pescar”. Sobre a EPDV:

“Ela foi fundada no intuito de dar formação profissional de pesca para filhos de pescadores tradicionais de várias regiões do litoral brasileiro e para os filhos dos pescadores tradicionais que já viviam naquela Ilha. Consideramos que esta Escola foi um grande marco na vida da comunidade em que esteve inserida e que também se constituiu como uma experiência singular no âmbito do ensino industrial no Brasil” (Alves e Arruti 2010, p.17).

A dinâmica da ilha foi modificada com a implementação da Escola de Pesca e os moradores passaram a contar com serviços públicos que nunca tinham visto na ilha (Alves e Arruti, 2010. p 10). Segundo os ilhéus, quando a escola de pesca foi instalada, a Marambaia passou a dispor de uma subprefeitura, agência de correio, hospital equipado, biblioteca, armazém e armarinho. As fábricas também passaram a ser uma realidade na ilha, produzindo gelo, redes, barcos e sardinha em lata. Todo este aparato mudou a vida dos quilombolas, fazendo parte das boas lembranças da época, de quando a Marambaia “*parecia uma cidade*”; segundo relatam os moradores mais antigos, foi uma época de “*muita prosperidade*”.

Em um vídeo¹³ produzido em 1948 pela Cinemateca Brasileira sobre a EPDV, o narrador descreve o pensamento da época sobre o aprendizado tradicional quilombola e caiçara:

“Sem ensino profissional e equipamentos adequados, tudo era considerado atrasado, pobre e empírico; e a aprendizagem muito precária era feita, por assim dizer, de pai para filho” (Cinemateca Brasileira, 1948).

A grande propaganda a respeito da instalação desta escola era o apelo à modernidade e o quanto as atividades realizadas pela tradição seriam moduladas por este “fazer técnico”.

¹³ Secretaria do Áudio Visual - Ministério da Cultura. Acessado em 08 de março de 2024. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=86qwT6jrSSM&t=984s>

Antes da EPDV, os ilhéus praticavam a pesca tradicional artesanal e a agricultura de subsistência, e esse modo de vida “não combinava” com o modelo de sociedade moderna idealizada pelo Governo de Getúlio Vargas; pelo contrário, o projeto de modernidade precisava ser visto como algo grandioso e imponente, a fim de justificar sua implementação.

A realidade é que este investimento no modelo moderno, proposto pelo governo brasileiro, saiu muito caro às mulheres, pois foram elas que tiveram a responsabilidade de prover as condições para que o trabalhador das fábricas e do comércio da ilha pudesse exercer plenamente suas funções laborais e recuperar sua fadiga, para voltar a produzir no dia seguinte. Com a negação do acesso das mulheres à formação profissional implementada na Marambaia, o Grupo Escolar Municipal instaurou uma formação voltada para elas, relacionada à limpeza e à preparação de pescado, tudo muito semelhante aos afazeres domésticos (Alves, 2010, p. 11).

Ao que tudo indica, o processo de evasão voluntária de algumas famílias para o continente esteve relacionado à exclusão das mulheres na escola técnica. *“Embora o patriarcado não tenha surgido com o capitalismo, o capitalismo soube se apropriar de suas relações para aprofundar seu processo de exploração e acumulação de riquezas”* (Moreira e Amaral, 2021, p.6). O fato das mulheres ficarem de fora do processo formativo da escola de pesca era uma política de estado, excludente ao feminino. O papel da mulher naquela sociedade em construção seria outro. Às mulheres da ilha caberiam duas opções: se dedicarem ao serviço doméstico e cuidar do lar ou sair da ilha em busca de formação e emprego. No geral, essas mulheres que saíram da ilha eram encontradas nas festividades da Marambaia junto a seus familiares e também no cais de desembarque em Itacuruçá. Para realizar estes registros, busquei estabelecer relações com interlocutores nascidos na Marambaia, que migraram voluntariamente para o continente e com seus descendentes nascidos fora da ilha.

1.1 “Onde estavam as mulheres?”

Uma outra fonte de informações acessada na construção destes argumentos foi a Revista Existimos - Edição 2007¹⁴. Diante da percepção sobre a própria existência e sobre o quanto existir precede a luta por direitos, os moradores da ilha junto com alguns parceiros (a Rede Koinonia e a FASE) lançaram no dia 20 de novembro de 2007 a Revista Existimos.

¹⁴ Escrita durante a luta pela documentação das terras quilombolas da ilha, cujo conteúdo ficou a cargo da diretoria da ARQIMAR gestão 2007-2009, sob a presidência de Vânia Guerra. Foi realizada pela FASE, entidade que luta por justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos. Reúne documentos e entrevistas a partir de entidades participantes da Campanha Marambaia Livre, dentre elas a ACQUILERJ, CONAC, KOINONIA e Organização HUMANITAS. <https://fase.org.br/pt/biblioteca/existimos/>

Em resumo, tal revista trouxe as histórias da luta pela documentação das terras quilombolas da ilha, sem a qual a população estaria destinada à não existência. Contendo 43 páginas impressas em papel colorido, a Revista Existimos reuniu depoimentos, imagens, cartas, poemas, mapas, documentos e fotografias de adultos e crianças. E se transformou em um importante acervo para além da luta, mostrando o cotidiano das pessoas, das quais a vida não deixou de acontecer por conta desses confrontamentos.

Percebi assim uma certa aproximação do conteúdo deste material com o que Juliana Farias (2020) descreveu no seu trabalho sobre “burocracias e violências de Estado”, no que diz respeito à organização de arquivos por parte das pessoas deste campo:

“O mesmo posso dizer a respeito dos arquivos dos casos elaborados pelos familiares, contendo fotografias, recortes de jornal e outros documentos (que haviam sido incluídos ou não nos respectivos processos judiciais), como abaixo assinados que circularam entre os moradores da favela onde a vítima morava e foi executada, exigindo respostas das autoridades públicas a respeito daquela morte; cartas e solicitações escritas à mão pela mãe da vítima ou outros familiares, dentre outros” (Farias, 2020, p. 145).

Deste ponto do trabalho em diante, passei a utilizar a Revista Existimos como fonte, tendo em vista que seu conteúdo foi aprovado pelos membros da diretoria à época. Um artigo intitulado “Onde estavam as mulheres?” explicava a situação das mulheres no período da escola de pesca:

“Para as filhas da ilha havia apenas o Grupo Escolar Municipal e as atividades fabris de limpeza e preparação de pescado. Sem oportunidades e sem experiência, muitas migraram ainda jovens para Itacuruçá, Mangaratiba ou Rio de Janeiro, para trabalhar como empregadas domésticas” (Revista Existimos, 2007, p.19).

Sobre esta situação das mulheres, trago como exemplo as histórias de Dona Dilete Alves - carinhosamente conhecida como Dona Didi, de 86 anos - e de Adrielly, de 23 anos. Dona Didi nasceu na Marambaia no final da década de 1930, é enfermeira de formação, aposentada, católica, viúva e moradora de Itacuruçá. Nossa amizade teve início quando me tornei cliente do brechó da Igreja de Sant’Anna. Em nossas conversas, Dona Didi falou sobre seus movimentos de saída e retorno para a ilha:

“Nasci na Marambaia, saí de lá com quinze anos, depois fiz curso de auxiliar de enfermagem e voltei pra trabalhar lá, trabalhei naquele hospital da Marambaia. Depois que eu estudei eu voltei, ainda tinha parentes lá na Marambaia, meu pai já tinha saído da Fundação Getúlio Vargas e foi embora pra Itaguaí, depois eu casei, saí da ilha,

meu marido trabalhava na Fundação Cristo Redentor, mas não lá na ilha, aí eu tive que sair e vir pro continente com ele" (Dona Didi, 2024).

O relato de Dona Didi corrobora com a ideia de que a falta de escolarização para as mulheres fez com que algumas famílias saíssem voluntariamente da ilha:

"Lá na escola da ilha fazia até a quinta série, depois a admissão, hoje em dia tem outro nome. Estudava a quinta série, depois fazia a admissão, hoje em dia é assim, estuda e depois faz o ginásio, no meu tempo era admissão" (Dona Didi, 2024).

Dona Didi saiu para estudar, retornou para trabalhar e novamente saiu para estabelecer família no continente. Vale lembrar que sua trajetória de vida segue a linearidade dos acontecimentos da ilha. A implementação da escola excludente às mulheres fez com que a Didi deixasse a ilha para completar seus estudos e se formar em enfermagem. Em contrapartida, o grande aparato em torno da escola fez com que a Dona Didi retornasse para trabalhar como enfermeira no hospital. Este movimento de sair da ilha e retornar também foi feito por homens, porém nem todos que saíram foram bem-sucedidos ou conseguiram conquistar uma formação profissional. Grande parte dos que retornaram para a comunidade, tanto homens quanto mulheres, foi pela "falta de formação profissional ou escolar e dificuldade na adaptação ao trabalho urbano" (Revista Existimos, 2007, p.19).

Dona Sônia, pescadora, moradora da Praia da Pescaria Velha, relembra um cenário bastante triste vivido pelas mulheres nesta época, quando aos sete meses de gravidez precisavam deixar a ilha para não correrem o risco de entrar em trabalho de parto e precisarem atravessar às pressas. Muitas dessas mulheres não retornaram mais para a ilha pela falta de assistência de saúde, necessária ao recém-nascido. Segundo lembra Dona Sônia, diversas famílias foram embora pois não havia mais escola e nem hospital, e muitos chefes de família perderam o emprego por conta do fim do comércio na ilha, assim como dos serviços essenciais.

Durante as festas em que estive presente, conversei com alguns moradores. Em especial, no Dia das Crianças fui apresentada a alguns parentes "de fora" e conheci histórias muito parecidas, que se repetiam através das gerações, de famílias que se dividiam em busca de formação e emprego. Os moradores mais antigos contam que as mulheres migraram para o continente, indo residir em Mangaratiba, Itacuruçá, Itaguaí ou até mesmo no Rio de Janeiro, para trabalhar como empregadas domésticas. Por não terem energia elétrica no quilombo, muitas mulheres não sabiam manusear equipamentos domésticos, como utilizar ferro elétrico ou liquidificador:

“Passaram muito aperto, a gente não sabia lidar com liquidificador, ferro elétrico. Também os homens sem habilidades profissionais urbanas no continente tinham dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Muitos retornaram. Enquanto isso as famílias continuaram com suas práticas tradicionais de cultivo e pesca” (Revista Existimos, 2007, p.19).

A realidade na ilha era muito diferente do continente. Os moradores não possuíam energia elétrica, infraestrutura e saneamento; eles viviam sem aparelhos eletrônicos, sem o conforto de um ventilador, de uma geladeira e outros tipos de eletrodomésticos, até mesmo sem ferramentas. Mas a energia elétrica estava presente nos empreendimentos erguidos pelo Estado, como a antiga vila dos professores, atualmente a Vila Militar.

O fim da escola de pesca e o desmonte das instalações do seu entorno datam no momento da saída definitiva de Dona Didi da ilha, seguida de casamento, constituição de família e residência fixa no continente. Sobre ser quilombola, percebi que o reconhecimento da sua identidade quilombola era algo que ela não reivindicava. Nas poucas vezes em que eu consegui tocar neste assunto, ela fazia alguns cortes dizendo: “Eles são quilombolas”. Talvez ter vivido a rigidez de tantos sistemas, cujo objetivo principal era anular o vínculo do quilombola com o território, tenha surtido alguns efeitos na vida de Dona Didi.

A outra história, de Adrielly, possui uma semelhança com a de Dona Didi, pois ambas originam de saídas voluntárias da ilha. Adrielly é uma jovem de 23 anos, universitária, solteira, moradora de Itaguaí. A conheci na ocasião em que ela desembarcava no cais de Itacuruçá, vindo da casa de sua tia Teita na ilha. Depois disto, nos encontramos nos festejos de novembro de 2023 e eventualmente nos vimos pelo campus da UFRRJ.

Nesta época, ela me procurou em Itacuruçá para saber sobre o Projeto de Leitura de Editais da comunidade e deixou seus dados para participar de um grupo de WhatsApp, mantido para este fim. Assim que eu inseri Adrielly no grupo, começaram os questionamentos sobre o porquê de uma “*pessoa que não era quilombola*” estar no projeto destinado a eles. Não imaginei que isso seria um problema porque esta jovem tem familiares na ilha e não quiz criar outro grupo a fim de poupar tempo, centralizando as informações em um único local. Por fim, Adrielly seguiu firme e, apesar de tudo, atualmente cursa o terceiro período da Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ. Aos poucos, fui conhecendo a sua história e da sua família, que saiu da ilha em busca de formação e emprego:

“Meu avô saiu da ilha para trabalhar e estudar, se formou em bombeiro civil, as irmãs dele trabalharam como empregadas domésticas, ele construiu uma família aqui no continente” (Adrielly, 2024).

Adrielly acessou a universidade através do Projeto de Leitura de Editais mantido por mim na comunidade e frequenta a ilha na condição de “visitante familiar”. Apesar de hoje ela ter matrícula ativa em uma Universidade Federal, não pode acessar o Auxílio Permanência destinado aos grupos étnicos quilombolas, indígenas e caiçaras. Seu acesso neste coletivo gerou alguns questionamentos, comuns entre os ilhéus, relacionados aos que “vivem fora” da ilha e são beneficiados pela luta “*dos de dentro*”. Sempre que eu tentava ouvir as partes, ambas me convenciam e as razões me parecem justas dos dois lados. Porém, existe um debate bastante presente nos discursos que em resumo diz: “*É preciso estar para pertencer. Com o documento a pessoa pode apenas ser. Ser não significa pertencer*”.

É muito comum ouvir na ilha, especialmente em dias de evento, os “*de dentro*” alegarem que sempre que conseguiam algum benefício para eles “*os de fora*” apareciam, na intenção de serem favorecidos do resultado da luta interna, mas que por estarem fora não fazem a luta.

Assim que iniciou os estudos na LEC (Licenciatura em Educação do Campo) - UFRRJ em 2023, Adrielly solicitou à diretoria da comunidade uma declaração de pertencimento étnico, a fim de que não fosse mais indagada sobre sua etnicidade. Apesar de ter ciência de que não teria acesso aos mesmos direitos dos que moram na ilha, para ela “*poder dizer quem é, e poder comprovar, é mais importante que tudo isso. É ser muito mais que uma mulher negra. É dizer que pertence a um povo*”. Adrielly era muito presente na comunidade e dizia que seu maior sonho era viver na ilha. Lamentando que, no passado, questões logísticas e financeiras fizeram sua família sair, reconhecia o quilombo como sua casa, sonhando em poder morar definitivamente na Marambaia e não renunciar à sua etnicidade quilombola.

Não é objetivo deste trabalho realizar julgamentos, escolher lados ou questionar as decisões tomadas pela comunidade em suas reuniões, mas sim refletir a partir dos documentos manejados por eles. O caso desta jovem exemplifica a forma de produção de um documento muito importante ao quilombola: o comprovante de etnicidade. Neste estudo, tal documento revelou-se como o produto de uma série de etapas burocráticas, o que demonstra que a institucionalização da luta quilombola fez com que eles, de forma gradativa, se apropriassem da burocracia escrita, tanto na elaboração dos seus próprios processos, quanto nas interlocuções com o Estado.



Figura 4: Adrielly e sua tia Teita no Dia das Mães em 2024 em Itaguaí/ RJ.
Fonte: Acervo pessoal da Adrielly.

Pude acompanhar a confecção do documento de Adrielly na ocasião em que ela se reunia com as lideranças na comunidade. A diretora da ARQIMAR, Jaqueline Alves, buscava por um modelo específico a fim de contemplar as necessidades desta jovem, mas que deixasse claro que ela não residia na ilha, tirando qualquer possibilidade de acesso a benefícios destinados aos quilombolas que vivem no território.

O documento que Adrielly recebeu da ARQIMAR trazia o seguinte texto:

DECLARAÇÃO: “Declaro, para fins de comprovação, que a estudante (nome completo ocultado) portadora do CPF (número ocultado) possui pertencimento étnico quilombola da Ilha da Marambaia e que por motivos diversos reside fora da ilha com familiares”.

Documento este assinado por três lideranças, confeccionado em papel timbrado, tamanho A4, tipo sulfite, carimbado com o CNPJ da comunidade e rubricado pela Jaqueline, presidente da ARQIMAR.

A peregrinação desta jovem atrás desse documento durou quase dois anos. Quando conseguiu já cursava o terceiro período na universidade, em função da burocracia, da dependência de reunião, da reunião que dependia de quórum, das pautas que seriam aceitas, do tempo do estatuto, do regimento, da legislação e da votação dos membros. Neste caso de Adrielly, a burocracia antecedeu a produção do documento ditando as regras, determinando até mesmo as palavras. A estética formal do texto e o conteúdo precisaram ser bem pensados para

que não falassem mais do que deveria.

O ocorrido a essas duas mulheres em gerações diferentes, Dona Didi e Adrielly, expõe a relação existente entre a falta de escola e o êxodo das famílias da ilha, especialmente durante o período de funcionamento da EPDV. Mesmo que as mulheres apresentassem habilidades de pesca, a formação não foi pensada para elas. Mas como bem disse Dona Lídia no início: “*A gente aprende desde criança*”. Elas foram formadas pela escola da vida.

1.2 Uma etnografia atravessada por documentos

No decorrer deste trabalho realizado na Marambaia, alguns documentos surgiiram no caminho e se tornaram essenciais até mesmo para a continuidade da minha atividade de pesquisa. Pude perceber o quanto acessar papéis fazia parte do cotidiano dos moradores da ilha. O primeiro documento escrito a surgir nesta pesquisa foi entregue na associação de moradores para a apreciação da presidência. Foi um projeto simples, escrito por mim, composto por apenas dez laudas, incluindo as referências e o cronograma. Burocracias que eu escrevi, sem conhecer a Marambaia por dentro, impedindo o cumprimento do cronograma por falta de logística.

A nível de informação, no projeto estava prevista uma visita ao campus da UFRRJ em Seropédica, mas não conseguimos sequer sair da ilha para fazer as fotografias 7x5cm, solicitadas na ficha de heteroidentificação racial. Usamos uma parede branca da sala da diretoria como plano de fundo, um celular e imprimimos as fotos no continente.

Após a aprovação deste projeto pelos membros da diretoria da comunidade, foi emitido um documento de autorização, que dizia:

“A Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia – ARQIMAR, declara que Fabiana Helena da Silva, portadora do CPF (número ocultado), inscrita no Curso de Mestrado em Ciências Sociais / PPGCS da UFRRJ, sob a matrícula (número ocultado), foi recebida nesta comunidade como pesquisadora, sendo autorizada a desenvolver seu projeto de pesquisa junto aos nossos membros”. Datada e assinada pela presidente Jaqueline Alves.

Para a elaboração desta autorização, a presidência solicitou comprovantes de inscrição no curso de mestrado, cópias dos meus documentos pessoais e o projeto de pesquisa. A declaração foi elaborada em papel sulfite, timbrado, com a logomarca da associação moradores, datada e assinada pela então presidente Jaqueline Alves em 2023, com o carimbo e o CNPJ da instituição.

Assim, essa declaração emitida pela presidência da comunidade permitia minha

mobilidade e o acesso aos moradores. Eu sempre andava com ela em uma pasta e cada vez que tinha estado na ilha recebia uma declaração de comparecimento, sendo uma forma de comprovar a realização do trabalho, já que eu utilizava o barco da Marinha como transporte. Tenho tantas declarações que já perdi as contas. Os documentos foram aos poucos se tornando cada vez mais presentes na minha trajetória na Marambaia e talvez, de tão presentes e necessários, eu não os enxergasse como um objeto de análise.

Na minha última reunião de orientação com a Professora Carly Machado, eu ainda tinha em mente uma infinidade de caminhos, embora tivesse abandonado algumas ideias no exame de qualificação da pesquisa. Depois de ouvir minhas infinitas ideias e ler minhas anotações, calmamente Carly pedia minha agenda e minha caneta e esboçava um esquema em duas páginas, contendo suas preciosas observações. Do outro lado da mesa, eu observava as conexões que ela fazia entre as palavras: documentos, acesso, controle do Estado, universidade e cidadania. Algumas setas ligavam esses conceitos entre si e, enquanto finalizava, ela dizia que eu falava sobre documentos desde a primeira aula de antropologia! A partir desta constatação, ela complementou que meu trabalho era uma “etnografia atravessada pelos documentos”.

Foi um longo caminho percorrido até conceber esta pesquisa como uma Antropologia dos documentos, considerando-os como fonte e objeto de pesquisa. Fazem parte deste trabalho os documentos que circulam entre a comunidade e a Marinha, os emitidos pela associação de moradores para a comunidade e agregados de fora da ilha, bem como os diversos tipos de documentos que esta pesquisa pôde conhecer através do Projeto de Leitura de Editais, antes e depois do acesso dos participantes na universidade.

Acompanhei de perto o início da efervescência de dois movimentos importantes na associação: a eleição para a nova gestão 2024/2026 e a discussão de criação de um novo documento, o Regimento Interno. No mundo dos documentos escritos, eles se sobrepuseram à palavra dita e cada vez mais surgiam documentos para dar respaldo aos já existentes. Respeitar o silêncio também fez parte das análises do campo, o tempo do segredo, porque nem tudo pôde ser conhecido por esta pesquisa. Talvez este silêncio tenha sido a estratégia de resistência mais eficiente encontrada pela comunidade da Marambaia para se manter de pé até os dias de hoje.

As estratégias utilizadas pelas pessoas que passaram por contextos de violência, praticada pelo Estado, fazem parte dos estudos da antropóloga Veena Das, autora do conceito de “margens do Estado” (Das e Poole, 2004; 2008). Para esta antropóloga, as pessoas sujeitas a uma condição de margem, criada e mantida pelo próprio Estado, tem no seu cotidiano um grande potencial em explicar os modos de agir do Estado sobre suas vidas. Os estudos de Veena

Das partem do princípio de que é no cotidiano, ou ordinário, que é possível conhecer os modos de atuação do Estado; e da mesma forma o agenciamento das pessoas que sobrevivem nessas margens, suas estratégias de resistência e a sua luta diária.

Esta imersão no cotidiano permitiu a antropóloga identificar três formas de atuação e manutenção das margens por parte do Estado. A primeira delas trata da ideia de margem como periferia, forma na qual o Estado tenta manejar e pacificar essas populações, tanto através da força quanto da pedagogia da conversação. A segunda delas está no controle a partir dos documentos, a legibilidade e ilegibilidade, uma vez que o Estado moderno está constituído a partir das práticas escritas. Esta autora reflete sobre o quanto esses textos atuam na consolidação do controle do Estado sobre a vida das pessoas que habitam às margens. Por fim, o poder do Estado sobre os corpos, a lei e a disciplina, aspecto de margem construído a partir de outros conceitos como o de “estado de exceção” e “governamentabilidade”.

Neste último aspecto, Veena Das pontua que seu conceito de margem vai muito além do estado de exceção; suas explanações passam por cenários como os campos de concentração e genocídios praticados pelo Estado, contextos nos quais as vidas são matáveis, são “vidas nuas”. Já no que se refere à governamentabilidade, a autora se apoia no pensamento de Foucault (1979) sobre biopolítica e biopoder, dispositivos de poder que atuam na domesticação dos corpos, quando as pessoas são numericamente contadas e documentadas a partir de sensores ou estatísticas.

Os documentos são fontes de pesquisa e de obtenção de informação; e durante muitos anos na antropologia foram tratados apenas como acessórios à pesquisa e não como objetos da mesma (Ferreira e Lowenkron, 2020). Mesmo sendo característica e produto da sociedade moderna, eram negligenciados enquanto objeto de estudo, segundo argumenta Riles (2006). Por este motivo, “*há pouco suporte na bibliografia clássica sobre etnografia, para entender o significado da tarefa de lidar com registros, tecnologias e peças documentais que, cada vez mais, são parte importante das atividades realizadas por antropólogos quando estão em campo*” (Ferreira e Lowenkron, 2020, p. 6).

Existe uma grande dificuldade em encontrar trabalhos acadêmicos na área:

“Apesar da recente proliferação de pesquisas etnográficas que se debruçam sobre estes objetos e do renovado interesse antropológico pelo tema, ainda não é fácil encontrar trabalhos acadêmicos que discutam ou ofereçam um levantamento mais sistemático sobre os caminhos teórico-metodológicos desenvolvidos e adotados na etnografia de documentos” (Ferreira e Lowenkron, 2020, p. 5).

A inserção dos documentos na centralidade das pesquisas antropológicas permite a

execução das análises desses papéis para além de suas funções como condutores de conteúdo; explora o viés analítico do documento em sua totalidade, considerando analisar seu conteúdo escrito e a sua forma, estética e acessibilidade. Ao analisar o que está sendo dito no documento, é imprescindível atentar ao modo como está inscrito em diferentes suportes materiais (Ferreira e Lowenkron, 2020).

Neste trabalho, os documentos e seus contextos marcaram pela condição na qual foram produzidos: seus agentes, seu acesso, seu conteúdo ou estética. No caso específico da Marambaia, a questão da materialidade documental foi observada sob muitas conjunturas. Em alguns momentos estes documentos eram apenas presentes, em outros excessivamente presentes, em maior número. Contudo, a ausência de documentos foi a maior mobilizadora de análises: quando foi limitante à mobilidade, ao acesso à direitos, à comprovação de etnicidade, à publicização de um repúdio ou ao fomento do alojamento quilombola, dentre outros tratados no decorrer do texto.

Observei nesta pesquisa o quanto os agentes do campo se movimentaram em prol da produção de registros. Especialmente quando acessei os arquivos da associação de moradores, me deparei com aquela revista produzida por eles através de parceiros, ONGs e instituições de apoio humanitário. Ao folhear a revista, encontrei uma grande quantidade de materiais, fotos, cartas, documentos, denúncias anônimas e desabafos sobre momentos difíceis vividos por eles na ocasião das disputas de terras entre os quilombolas e a Marinha do Brasil.

Ao ler os textos de Juliana Farias (2020), percebi uma certa familiaridade entre a revista organizada pela Marambaia e o seu trabalho, no qual os familiares de vítimas do Estado se empenharam na produção de registros, como provas documentais, gravações de áudios, depoimentos etc. As similaridades entre esses achados talvez estejam relacionadas ao fato dessas pessoas, vítimas de processos violentos do Estado, terem compreendido que o Estado utiliza a linguagem da burocracia e da produção de documentos. E este aprendizado é fruto da experiência adquirida na trajetória de disputas e de luta por justiça e reparação do Estado.

Letícia Ferreira e Larissa Nadai (2015) registraram o acionamento de documentos pelos sujeitos do campo e constataram a existência de uma relação de disputa mediada pela relação com os documentos entre os sujeitos do campo e o Estado:

“Mais recentemente, muitas etnografias também têm dado atenção à produção e ao acionamento de documentos pelos diferentes sujeitos e coletividades que apresentam demandas e disputam visões e decisões com agentes e agências estatais”(Ferreira e Nadai, 2015, p. 9).

A partir da experiência de Juliana Farias (2020), reflito que quando os interlocutores do campo apresentavam seus arquivos de fotos, documentos e depoimentos, eles também mostravam a intenção de obter esses registros. Justamente porque já compreendiam que, diante da falta de escuta por parte das instâncias estatais, a linguagem da burocracia escrita seria o caminho de se fazer ser ouvido pelo Estado. Compartilho, talvez, de sentimentos semelhantes ao desta autora diante de tantas questões que me chegaram neste campo, de pessoas que desejaram documentar sua experiência com as burocracias do Estado, tanto anonimamente quanto de forma declarada, como é o caso do morador Érico, da Praia da Caetana, descrito mais adiante neste texto.

O mesmo Estado que deixa faltar o ensino na ilha - tema escolhido para o recorte deste estudo - produz outras carências. Enquanto a vida segue na Marambaia, o Estado cuida da manutenção das carências, as quais abastecem as “margens do Estado” (Das e Poole, 2004). E estas ausências surgem nesse trabalho algumas vezes sem tanto contexto, mas como uma tentativa de atender às expectativas de interlocutores do campo que, voluntariamente, confidenciaram fatos e mostraram documentos, por entenderem que em algum momento esta pesquisa foi uma possibilidade de documentarem os seus casos, para acionarem em tempo oportuno.

1.3 Estamos perdendo os jovens: escola, território e pertencimento

Dionato Eugênio (o Seu Naná) no ano de 2007, ocasião em que presidia a recém-criada ARQIMAR, forneceu uma entrevista para o “Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas”, um jornal que faz parte dos documentos físicos consultados na comunidade. Desde o fim da escola técnica em 1970 até o momento dessa entrevista dada por Seu Naná em 2007, pouca coisa havia mudado na Marambaia. Na entrevista ele revelou uma importante preocupação com a falta de escola de ensino médio e de emprego na ilha:

“Sem a escola de ensino médio, os jovens precisam sair para estudar no continente e em geral não voltam para a comunidade. Estamos perdendo eles porque não tem trabalho e escola lá na ilha. E sabemos que mesmo com a titulação, sem os jovens não conseguiremos manter a terra” (Seu Naná, 2007).

E até dezembro de 2024 - período em que reviso este texto - a juventude que terminou o nono ano do ensino fundamental ainda necessitava realizar a travessia diariamente para estudar no continente. A nível de informação, o barco da Marinha que transporta os moradores

possui apenas dois horários por dia, o primeiro deles é pela manhã, às 5:30h, chegando no continente por volta das 6:40h. Retorna para a ilha às 7:00h em ponto e volta a realizar a travessia apenas às 15:30h, atracando no cais de Itacuruçá às 16:40h e retornando para a Marambaia às 17:00h. Em janeiro de 2024, quando Jaqueline Alves presidia a comunidade, ela fez uma declaração em entrevista à Rede Brasil de Notícias¹⁵ pontuando as mesmas questões apresentadas por Seu Naná em 2007, na qual reforçava que a permanência da comunidade no território dependia de políticas públicas ainda não implementadas:

“Na realidade, a gente está tratando [de] direitos que ainda precisam ser conquistados para que a comunidade continue crescendo e permanecendo no território. Para que haja avanço e não haja a extinção da comunidade futuramente. Porque a tendência é as pessoas saírem para trabalhar, estudar, se formar. Se a gente consegue trazer essas políticas públicas para o território, a gente também consegue fazer com que a comunidade permaneça, cresça e se desenvolva” (Jaqueline Alves, 2024).

Dessa maneira, para aqueles que concluiam o ensino fundamental, o próximo passo era fazer a travessia para estudar o ensino médio e, portanto, necessariamente passar o dia fora da ilha, já que o barco da Marinha era limitado aos dois horários descritos anteriormente. Considerando ainda o grande deslocamento dentro da ilha a pé até a área residencial quilombola, este estudante precisava de muita perseverança. E vale destacar que o horário escolar de meio período não acompanhava os horários da embarcação, de forma que esses estudantes necessitavam passar a tarde inteira no continente esperando a hora do barco, sujeitos a todas as exposições possíveis a quem está na rua, como o frio, calor, sede, fome, cansaço e até violências.

O panorama da ilha no momento da entrevista dada por Seu Naná explicita a importância da juventude para a perpetuação da presença quilombola na ilha, que se reduzida a longo prazo poderia diminuir e ocasionar a perda do território. Para agravar ainda mais a situação de quem estudava, a área quilombola não tinha energia elétrica naquela época e, portanto, o translado dificultoso deveria ser realizado no escuro, assim como as tarefas escolares e as pesquisas feitas à luz de velas.

¹⁵ <https://noticiapreta.com.br/quilombolas-de-marambaia-lutam-por-melhorias-nos-servicos-publicos/> Publicado em 6 de janeiro de 2024.

A energia chegou apenas na ocasião do Programa “Luz para Todos”¹⁶, lançado em 2011 pelo Governo Dilma Rousseff. Essas condições precárias, acrescidas de outras questões relacionadas à moradia impostas pela Marinha, motivaram as saídas da ilha para estudar e não voltar mais.

Vânia Guerra é nascida na Marambaia, filha de Dona Almerinda Guerra, ativista quilombola e poeta, e a primeira mulher a assumir o cargo de presidente da ARQIMAR (2007-2009). Em seu poema “*Eu, meus eus e você*”, registrado na página 19 da Revista Existimos, ela fala sobre os momentos de bonança da Marambaia, concluindo que as ausências eram uma forma de também levar seus filhos:

(...) Já fui importante!
Tão dona de mim!
Alcancei o progresso,
sinônimo de sucesso,
depois regredi.
Já tive tecelagem,
escola de pesca,
subprefeitura,
correio, convento.
Hospital equipado e
biblioteca,
jardim de infância,
armazém, armário.

Restaurante, banda de música,
fábrica de esterco feito
de peixes, também
estaleiro.
De lembranças da fábrica
de sardinhas em
conservas,
só restaram os coqueiros.
Te garanto que o que
restou foi tão pouco
pra tanto que possuía e
até meus filhos
querem levá-los daqui!

Vânia Guerra (2007)

O poema escrito por Vânia Guerra apresenta um tom nostálgico de uma época em que os moradores da comunidade usufruíam de todos os serviços públicos presentes na ilha. Embora o acesso à escola técnica fosse reservado ao masculino e a comunidade não tivesse energia elétrica, a Marambaia “parecia uma cidade”. Mas o maior êxodo foi observado quando os serviços públicos oferecidos na ilha deixaram de existir, assim como a possibilidade de acesso ao emprego, por exemplo de funcionário da escola de pesca ou nos serviços de infraestrutura para a escola ([Yabeta, 2014](#)). Vânia finaliza seu poema concluindo que o somatório de ausências pode levar seus filhos embora da ilha.

¹⁶ O Programa “Luz para Todos” foi criado a partir do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011, com o objetivo de universalização do serviço e uso de energia elétrica à população do meio rural que não possuía acesso.

1.4 Sai a Escola, entram a Marinha e o Centro de Adestramento

O fim desta escola não trouxe apenas o desalento aos moradores pela perda dos serviços públicos. De acordo com Alves (2010), quando a EPDV foi totalmente desativada em 1971, uma base militar da Marinha do Brasil foi instalada na ilha nesse mesmo ano e desde então a Marinha assumiu o controle da Marambaia (Alves e Arruti, 2010, p.11). Os moradores que anteriormente viviam de forma livre passaram a ter suas vidas regidas por uma nova dinâmica social. A Revista Existimos, escrita por eles em 2007, apresenta um panorama desta época:

“Desde a instalação da base militar (1971) e implantação do CADIM – Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (1981), a ilha vem sendo usada como campo de treinamento de recrutas, sob administração da Marinha. De forma abrupta, os quilombolas passaram a sofrer vigilância sobre os seus costumes, humilhações, restrições de direitos, com prejuízo das condições de sustentabilidade da ilha. Perderam o pleno direito de ir e vir, de acesso as áreas de pesca com criatórios naturais, de cultivar roças, e as condições de moradia digna e de construção de casas para os filhos recém-casados. Soldados armados entrando nos nossos quintais pegavam nossos legumes e frutas. Hoje sabemos que eram testes de sobrevivência. Atingiram roças, coqueirais e pomares antigos em pleno uso. Quando eles (os militares) chegaram, a gente até viu com bons olhos. Tivemos esperança que nos ajudassem a melhorar nossas condições de vida. Mas a presença dos moradores na ilha foi ignorada. Muito abuso de poder, como a vez em que derrubaram o rancho e ordenaram a retirada da rede de um velho pescador. Aquilo era um abuso, uma afronta. Justo com um homem de setenta e poucos anos!” (Revista Existimos, 2007, p. 20).

Segundo os moradores, os primeiros anos de convívio não foram fáceis. Foi a partir da implementação do CADIM que eles passaram a conviver com uma grande quantidade de regras, cujo objetivo maior era a instauração da disciplina. Para Foucault (1990), “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso, ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (p.36). A privação da vida mediada por uma presença espectral do Estado, materializada nos discursos e nos documentos escritos (Das e Poole, 2004).

Uma jovem da ilha chamada Raiane, filha de Angélica e Renato, é trancista, membra da presidência da comunidade, ativista da causa quilombola e poeta. Seu poema intitulado “Marambaia é cerco do mar” retrata um pouco do seu sentimento sobre a questão do controle que o Estado exerce sobre os moradores:

Marambaia é cerco do mar

É do mar que vem meu sustento

É no mar que eu vou pescar.

Olha no mar o navio negreiro,
trazendo escravos pra engordar!

Eu cresci subindo na árvore

Colhendo frutos ou à brincar

Mas esses meus antepassados
subiram foi pra escapar!

Já tentaram roubar nossas terras,

Nossas casas iam derrubar

“TAC” nos deram e a posse de terra,

Mas tem que pedir permissão pra plantar?

Ah! mas não vão me calar!

Eu quero viver da minha história!

Essa luta ainda não acabou.

E um quilombola só descansa,
depois do grito da vitória.

Pele Preta no Poder
(Iane Lima, 2024).

Em 1980 tiveram início as ações de interdições de residências. A família de Dona Eugênia da Praia do Sítio foi a primeira a ter a casa interditada (Revista Existimos, 2007, p. 10). Entre 1996 e 1998, a Marinha iniciou diversas ações judiciais de Reintegração de Posse, alegando que os pescadores eram invasores de suas terras. Sem apoio jurídico e em sua maior parte não- alfabetizados, os pescadores foram sendo condenados neste processo e progressivamente expulsos (Arruti, 2003. p.6).

Como foi dito por Arruti (2003), os documentos produzidos pelo Estado não eram de fácil compreensão para essas pessoas. Veena Das e Debora Poole (2008) defendem a ideia de que a produção de documentos ilegíveis configura uma prática de manutenção das margens do Estado. O Estado Moderno se constitui a partir das práticas escritas e a ilegibilidade dos documentos coopera para a consolidação do controle do Estado sobre a vida dessas pessoas. A perda das moradias e a expulsão foram as consequências mais imediatas, contudo, a falta de compreensão sobre o conteúdo dos documentos causou sérios prejuízos no passado a uma senhora chamada Sebastiana.

A história de Dona Sebastiana, nascida em 1918 na Praia do Sítio, é uma das mais comoventes que já ouvi na ilha. Segundo contou seu filho Lino, ela precisou ser internada para tratar problemas cardíacos no Hospital Aluísio de Castro no Humaitá. Neste período, em 1997,

os militares realizaram inspeções e encontraram a casa dela trancada, e consideraram que Dona Sebastiana tivesse abandonado a residência. Para piorar sua situação, sua casa que originalmente era de estuque foi reformada pelos seu filho Lino, utilizando alvenaria, segundo ele a partir de uma autorização verbal do comando do CADIM. Dona Sebastiana foi punida severamente com a expulsão, na época era uma senhora de 82 anos e faleceu em 2008.

De forma abrupta perdeu seu contato com o ambiente em que nasceu, tendo que adaptar-se à vida no subúrbio do Rio de Janeiro. Pude ouvir esta história contada por seu filho Lino algumas vezes, que na ocasião era membro da diretoria da ARQIMAR. Segundo ele, sua mãe vivia em estado de tristeza, adoeceu e quando finalmente o juiz expediu uma sentença favorável ao seu retorno pra Marambaia ela faleceu, sem realizar seu sonho de voltar para sua casa

A morte de Dona Sebastiana causou muita consternação entre os moradores da comunidade. As mulheres que sempre foram presentes nos movimentos políticos da ilha, intensificaram sua luta. Na casa de Dona Sebastiana foi colocada uma placa “Imóvel integrado ao Patrimônio da União Federal”, e a imagem desta casa se transformou em símbolo de luta.

Dona Béa era artesã, foi funcionária de uma das instituições implementadas na ilha e quando faleceu era aposentada. Suas histórias de luta pela manutenção do território quilombola foram contadas na Associação de Moradores infinitas vezes por Jaqueline, Dona Lidia e Rita. Aos poucos, fui unindo os fragmentos e compreendendo a grandeza de Beatriz Inocêncio, a Dona Béa. Sua casa situada na Praia Grande, bem no meio da ilha, facilitava o encontro dos moradores das outras praias. Apesar de enfrentar suas questões com o Estado, não tinha medo de fazer do seu quintal uma sala de reuniões, entre os ilhéus e entidades/pessoas que abraçaram a luta quilombola. A sombra de sua amendoeira foi o teto e o local onde aconteceram as reuniões para a formação da ARQIMAR no ano de 2003.



Figura 5: Amendoeira da Béa, ao centro Lino e Vânia Guerra (presidente da ARQIMAR) em 2007.
Fonte: Reprodução da Revista EXISTIMOS 2007.

Um evento registrado em vídeo¹⁷ pela KOINONIA¹⁸ apresentou um compilado de histórias do passado da ilha contadas pelos ilhéus, e mostrou Seu Naná sob a copa da amendoeira de Dona Béa realizando um discurso, além de Lino contando a história de sua mãe, Dona Sebastiana. Neste vídeo foram registrados ainda desabafos de moradores que relatavam a difícil tarefa de dividir o espaço físico com a Marinha e a luta da comunidade por um ajustamento das relações entre moradores e Estado.



Figura 6: Chamada para reuniões da ARQIMAR em 2006 (a) e 2024 (b).
Fonte: Revista Existimos (a); registro da autora (b).

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=JD7CLtc6ELE>

¹⁸ KOINONIA é uma entidade ecumênica de serviço, composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Em sua vocação diaconal, se comprehende como um ato político do movimento ecumônico e que presta serviços ao movimento social. Fonte: Koinonia.org.br

A população quilombola tem seus direitos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) desde 1988, cujo texto defende o direito aos seus territórios, cultura e modos de vida, nos artigos 68, 215 e 216. Além disso, o artigo 205 da CRFB estabelece ainda o direito à educação, ao desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para a cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A privação desses direitos básicos à comunidade da Marambaia impulsionou a saída de membros do seu território. E a privação à educação desencadeia outras privações por desconhecimento dos próprios direitos, fruto da falta de acesso à leitura, distanciando a população quilombola ilhada dos seus direitos, particularidades descritas no texto constitucional.

No próximo capítulo são apresentadas questões sobre a relação entre a Marinha do Brasil e a ARQIMAR, desde a sua fundação em 2003 até a assinatura do documento que regulamentou as relações entre as duas instituições em 2015. Problematizo também sobre a institucionalização da luta quilombola e a produção de documentos escritos pelos ilhéus, numa tentativa de dialogar com o Estado utilizando a sua linguagem, a burocracia. Trato ainda de alguns dos processos vividos pelos moradores no período de 12 anos em que a Marinha impôs suas condições de forma soberana. E, por fim, abordo os documentos que regulamentam as relações entre as partes e o Estatuto do Morador, produzido pela ARQIMAR.

CAPÍTULO II - AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Trago neste capítulo uma reflexão baseada nas teorias de biopoder e biopolítica, formuladas por Foucault (1979; 1990). De acordo com este teórico, tratam-se de formas historicamente mobilizadas pelo Estado para impor ordem, condutas e disciplina. O poder compreende uma série de mecanismos e procedimentos que atuam na manutenção do próprio poder no interior das relações. Foucault considera que as características biológicas fundamentais à vida são utilizadas como estratégias de poder - por isso as denominações o “biopoder e a biopolítica” - aspectos utilizados nas práticas de governamentabilidade.

Foucault afirma ainda que o poder praticado pelas instituições pode também se apresentar taticamente de formas sutis, verbalizadas ou escritas. A regulação da vida, a contagem numérica das pessoas e a implementação da disciplina, por exemplo, seguem numa via de produção de corpos dóceis e de pessoas conformadas com a realidade criada através do manejamento tático da vulnerabilidade por parte do próprio Estado.

O relato de uma moradora da comunidade, nos minutos finais do vídeo¹⁹ produzido pela KOINONIA, exemplifica o que Foucault descreve em suas teorias quando ela explica à repórter sobre o estado de vulnerabilidade ao qual a comunidade estaria sendo submetida por conta da criação da ARQIMAR, e pelos pequenos progressos na luta judicial pela documentação de duas terras:

“Não posso falar que é uma ameaça, mais eu fui lá (na Marinha) pegar um comprovante de residência e eles falaram pra gente - prá mim e pra ela - que uma vez nós ganhamos, mas que a Marinha totalmente vai se desligar da gente, vão fazer um muro e vai ser a Marinha prá lá e a gente prá cá, vão retirar o hospital, a embarcação, o colégio e a cantina. A gente sem a embarcação e sem um posto médico fica numa situação difícil porque tem várias crianças, tem idosos, mulheres gestantes. Nem todo mundo tem canoa, depende da embarcação. A gente quer saber se a Fundação (Fundação Palmares) vai nos ajudar neste caso”.

Refletindo sobre o que diz esta moradora, penso no quanto a retirada dos serviços mínimos oferecidos à comunidade também pode ser lida como uma forma de punição, pois os moradores sempre lutaram pelo seu direito ao território. Eles ofereceram resistência à tentativa de transformação da ilha em um espaço de uso exclusivamente militar (Arruti, 2003). Diante

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=JD7CLtc6ELE>

dessas questões, o próprio Estado operou na manutenção do “estado de margem”, expondo os moradores à precariedade, produto da biopolítica implementada por ele.

No final de 2024 precisei pernoitar no alojamento dos pesquisadores, uma acomodação situada na área da Marinha. Registrei então dois cartazes afixados nas paredes deste alojamento e mais uma vez pude constatar, através da análise do conteúdo, que quando a intenção do documento emitido pelas instituições era de promover a ordem, os recados eram exageradamente explicativos. Um aviso estava na copa e outro na entrada dos quartos, ambos objetivando o ordenamento e a disciplina:

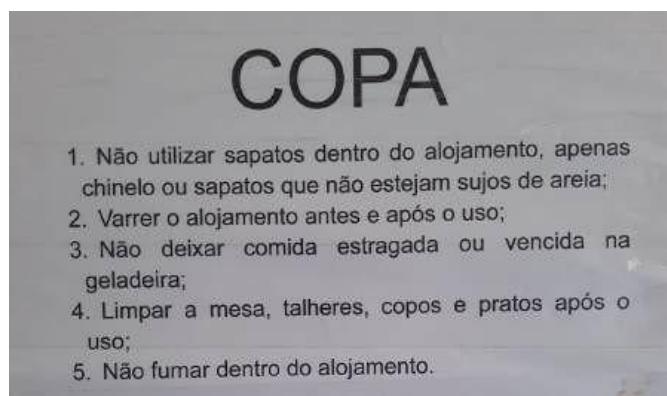


Figura 7: Aviso aos usuários do Alojamento dos Pesquisadores no CADIM.
Fonte: Registro da autora.

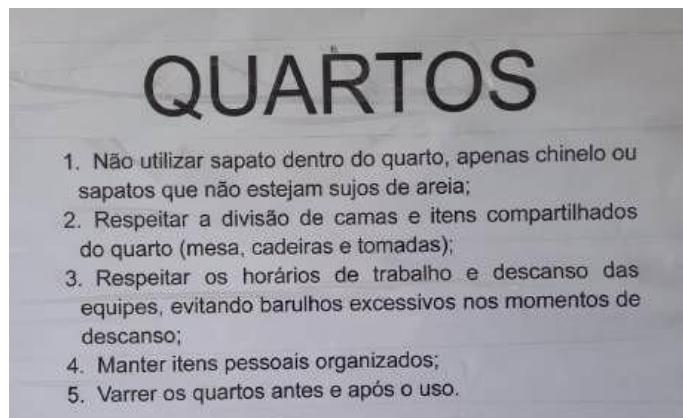


Figura 8: Aviso aos usuários do Alojamento dos Pesquisadores no CADIM.
Fonte: Registro da autora.

As orientações às condutas desejáveis indicam o “não usar” e o “não fazer” e exemplificam o que diz Foucault sobre os imperativos de poder também serem apresentados de forma sutil, verbalizados ou por escrito.

2.1 Os “novos tempos” e a regulamentação das relações entre comunidade e Marinha

Após uma longa trajetória de lutas pelo reconhecimento do direito ao território tradicional, o território quilombola da Ilha da Marambaia foi reconhecido por meio do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) mediado pelo Ministério Público Federal entre a União Federal e a Associação de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) no ano de 2015 (Processo n° 2002.51.11.000.118-2).

Com a criação da ARQIMAR, tem início a comunicação entre as instituições. Apesar da Marinha se recusar a reconhecer a instituição criada pelos quilombolas e a receber documentos emitidos por ela, o movimento de resistência criado pelos moradores da comunidade começou a surtir efeitos. A realização de parcerias com pesquisadores, universidades e militantes resultou em uma onda crescente de mobilizações em torno do reconhecimento de direitos. A comunidade passa a exigir judicialmente a gerência de seu espaço, assim como ser tratada pela Marinha como comunidade quilombola e não apenas associação de moradores ou associação de pescadores - duas formas através das quais a Marinha se reportava à comunidade.

O Estatuto do Morador foi criado no ano de 2003, na ocasião em que foi fundada a ARQIMAR. Nele estão dispostas as obrigações dos membros das diretorias e os objetivos da associação que versam sobre a “promoção do bem-estar, progresso social, moral e material dos moradores do quilombo da Ilha da Marambaia”. E para isto, a associação se propõe a “lutar por melhores condições, incentivando o espírito comunitário.” E depois de 21 anos de existência, a comunidade percebe a necessidade de realizar ajustes no texto do Estatuto e estas mudanças estão previstas no Artigo 26º deste documento, que diz:

“A reforma do presente Estatuto, dependerá de Assembleia Geral Extraordinária, que deverá ser convocada especialmente pra esse fim, sendo vetada qualquer alteração que venha a contrariar os princípios de suas finalidades e objetivos” (Art.26, p. 9).

Para que mudanças sejam tramitadas no Estatuto, a Assembleia Geral deverá contar com a presença mínima de um terço dos associados. Para fazer parte da Associação, o comunitário paga uma mensalidade no valor de R\$ 15,00 e para se candidatar a algum cargo na diretoria, precisa estar em dia com suas mensalidades pelo menos nos últimos seis meses e morar na comunidade por no mínimo 2 anos.

Mesmo diante de tantos documentos que visam pautar a luta pela garantia do bem-estar da comunidade, eles por si só não garantem esses benefícios. Existem burocracias, prazos

e outros documentos que precisam estar todos em conformidade, do contrário, a luta por essas conquistas se arrastam por anos. Desde a fundação da ARQIMAR em 2003, a comunidade pleiteia por uma escola de ensino médio, a fim de evitar a evasão de seus membros do território e, de certo modo, prevenir também a perda de benefícios que podem estar associados à quantidade de membros que vivem dentro dele.

A Associação de Moradores da Marambaia tem 22 anos de existência, mas a regulamentação das relações entre a comunidade e a Marinha foi oficialmente realizada apenas em 2015, quando foi assinado entre as partes o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mesmo ano em que as terras da comunidade foram tituladas.

14 • RIO DE JANEIRO

DOMINGO, 14-12-2014 | O DIA

Novos tempos na Marambaia

Quilombolas e Marinha selam acordo sobre terras em Mangaratiba disputadas há mais de cem anos

ATHOS MOURA
athos.moura@jota.com.br

Dona Luiza Alves, de 77 anos, a quilombola mais velha da Ilha de Marambaia, em Mangaratiba, está feliz. Um acordo fechado com a Marinha no mês passado garantiu o direito à comunidade a uma porção de terra daquele pedaço de paraíso, depois de mais de cem anos de expectativa. "O que mais me entristecia era que nossos filhos tinham que ir embora para buscar melhores condições. Acredito que tudo ficará bem".

Certamente, os tempos serão outros. Os 349 quilombolas, que formam 101 famílias e vivem em 96 casas, ganharão direito a aproximadamente 530 mil m² de terra. Antes do acordo, eles eram impedidos de construir novas casas na ilha. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado prevê a construção de mais 25 residências em caráter emergencial.

Segundo o imediato do comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, capitão-de-mar-e-guerra Carlos Cláus, que participou da negociação do TAC, a conciliação foi importante para os dois lados. "Os moradores vão ficar com os locais que já usavam, e nós com os nossos. Demos



A principal atividade da comunidade é a pesca artesanal. Com o acordo, novas casas, obedecendo um limite, poderão ser construídas por lá

espírito de legalidade à forma como a ilha já funcionava. Os moradores se sentem mais seguros porque sabem que agora são donos da terra deles", disse Cláus.

A comunidade quilombola da Ilha de Marambaia conseguiu ter direito à terra após mais de cem anos de luta por reconhecimento. Eles compartilham o litorâneo de Quilombos da Ilha de

Marambaia (Arqimar).

A titulação da terra foi dada de forma coletiva em favor daquele que ganhou mais força em 1998, quando foi pedida a reintegração das casas, que não poderiam ser vendidas. O TAC também prevê que outras 89 pessoas que deixaram a ilha possam voltar a morar em Marambaia.

Dona Luiza lembrou que, apesar do processo na Justiça, os quilombolas e os milhares

tinham uma convivência muito boa. Pescadora, com 100 contos 181 moradores, ela deu à luz a dez filhos, sendo que dois nasceram com apoio de médicos militares.

Além disso, o transporte tem sido feito em embarcação da Marinha, que levava os moradores da ilha até Ilheus.

Os tempos difíceis, esperava Dona Luiza, são agora coisa do passado.

Doação de antigo dono foi só verbal

» A ilha era de propriedade de um senhor de escravos conhecido como Comendador Soares. Quando Soares morreu, teria deixado a propriedade para os seus ancestrais escravos. Mas o acordo foi apenas verbal. A vilva vendeu a ilha para uma empresa, que, após falar, passou-a para a União, em 1905.

A propriedade foi repassada para a Marinha, que construiu uma escola de aprendiz de marinheiro. Em 1938, no governo de Getúlio Vargas, foi construída uma escola profissionalizante de pesca, a Darcy Vargas, que trouxe diversos alunos para a ilha.

A escola funcionou até 1971 e voltou a ser uma base dos Fuzileiros Navais, que criou um centro de adestramento, que opera até hoje. Em 1998, a Marinha entrou com um pedido de reintegração de posse para re tirar as terras quilombolas do local. Em 2002, foi promovido um diálogo federal entre com um ação civil pública contra a Marinha. O TAC foi assinado no dia 27 de novembro.

Figueira 9: Recorte de Jornal do acervo documental da comunidade da Marambaia.

Fonte: Jornal o Dia, 14 de Dezembro de 2014.

De acordo com esse TAC, apenas os moradores descritos em uma “lista nominal” preenchida na ocasião da assinatura do termo foram reconhecidos como moradores. Embora o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tivesse registrado 1046 pessoas como pertencentes à comunidade, a Marinha reconheceu apenas 379 delas como de fato moradoras, especificando os “critérios” nos anexos F e G²⁰.

²⁰ Os anexos F e G são, respectivamente, uma lista dos atuais moradores da ilha da Marambaia de acordo com o censo da Marinha do Brasil e do IBGE, e uma lista dos pretendentes moradores enviada pela ARQIMAR.

No anexo F foram listados os moradores atuais à época, já no anexo G aqueles que “guardavam identidade cultural e tradicional com os atuais moradores e que estariam autorizados a estabelecer domicílio na ilha da Marambaia”. Foi o que aconteceu com a família da Adrielly que, por ser considerada ausente da ilha, ficou fora da lista nominal:

“Quando a Marinha entrou, só reconheceu como morador aqueles que estavam residindo na ilha, com isso, meu avô saiu do rol de moradores. Das irmãs de meu avô, só quem ficou na ilha foi a Sebastiana, que é conhecida como Tana. O restante veio construir uma vida aqui fora. A mãe da Érica era irmã de meu avô” (Adrielly, 2024).

O TAC previu no artigo IV o estabelecimento de domicílio aos moradores que deixaram a ilha para trabalhar, estudar ou realizar tratamentos de saúde, e que esta ausência por um período superior ao da “rotina diária” não os descaracterizaria como moradores. Este é o caso de Érica Oliveira, de 42 anos, moradora da Praia Suja. Ela é merendeira no município de Itaguaí e para tanto mantém uma casa alugada neste município, a fim de que consiga trabalhar durante a semana. Érica sai da ilha na segunda de madrugada, na embarcação das 5:30h da manhã e retorna na sexta-feira na embarcação das 17:00h. De acordo com o TAC, ela não perde o vínculo de moradora da ilha por isso. Este documento estabeleceu ainda que os imóveis na ilha não podem ser transferidos, alugados ou comercializados, cujas regras relacionadas à moradia estão descritas nele.

Recentemente, Jaqueline Alves (diretora da comunidade) falou sobre o TAC em entrevista à Agência Brasil de Notícias²¹:

“O TAC regulamentou muita coisa, porém, não é o final dos problemas, a gente vira uma página e inicia outra página, para a implementação de políticas públicas no território, melhoria dos serviços de saúde, melhoria na área de educação, na área econômica” (Jaqueline Alves, 2024).

Reforçou a necessidade urgente de melhorias nos serviços públicos, citando educação, saúde e transporte como necessidades prioritárias dos ilhéus da Marambaia; questões já pontuadas por Seu Naná em 2003 e ainda sem solução, 21 anos depois. Durante esta mesma entrevista, Jaqueline apresentou também preocupação com o avanço do mar, o que pude observar quando visitei outras praias. Na Praia da Pescaria Velha, por exemplo, algumas casas já estão muito próximas do mar, com faixa de areia pequena em sua frente, precarizando a vida desses moradores e impondo-os literalmente a uma vida às margens.

²¹Publicada em 05 de janeiro de 2024 no portal da Agência Brasil de Notícias <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/quilombolas-de-marambaia-lutam-por-melhorias-nos-servicos-publicos>



A quilombola Luiza e o oficial Chagas: ambiente sempre foi de colaboração, apesar da disputa

Parceria garante preservação cultural

► Além da pesca, os quilombolas plantam na ilha – principalmente aipim, batata doce e banana, para subsistência. Contudo, antes da assinatura do TAC, eles não podiam ampliar suas plantações. Além disso, para o morador Hélcio Santana o TAC é uma garantia para a cultura do jongo e da capoeira, tradição no quilombo, que terão espaço especial para serem celebrados, na antiga senzala: "Nós quilombolas tivemos posse da terra e isso é muito importante. Vamos poder dar

continuidade a nossa existência e tradição por muitas gerações", diz Hélcio.

Com o TAC, ambas as partes se comprometeram a preservar a ilha para que os interesses da Defesa Nacional, dos moradores e do meio ambiente sejam garantidos. Na região, existe um dos últimos trechos de mata atlântica nativa do Brasil.

Segundo o TAC, a ilha permanecerá como área militar, orientada para o treinamento de tropas militares tanto no meio ambiente como em simuladores. A Marinha também realiza cursos

para civis, como por exemplo, para pesquisadores que vão atuar no Ártico e recebem orientações sobre sobrevivência, liderança e convívio.

Na Ilha de Marambaia, o Corpo de Fuzileiros Navais tem duas unidades, o Centro de Avaliação, que desempenha atividades operacionais e o comando doutrinário, que estabelece normas e condutas da corporação. Em 2013, o Ministério da Defesa considerou a ilha como área de interesse para a Defesa Nacional.

Figura 10: Dona Luzia, guardiã das tradições de terreiro, Praia da Pescaria Velha.
Fonte: Jornal o Dia, 14 de Dezembro de 2014.

O Estatuto do Morador prevê em seu Artigo 2º: "*Pugnar por todos os meios legais junto aos poderes públicos pela melhoria das condições de vida da comunidade local que estejam no limite da Associação*". Diante disso, a questão do avanço do mar parece estar numa esfera fora das possibilidades da ARQIMAR, salvo a imediação junto aos órgãos ambientais e a Marinha no caso de uma nova construção em outro local, tendo em vista que reformas nas residências só podem ser realizadas se autorizadas por ela.

Para os que deixaram a ilha há tempos atrás, retornar a viver na Marambaia não parece ser algo simples. No TAC, as possibilidades de moradia apresentadas derivam de listas nominais confeccionadas na ocasião da assinatura deste acordo em 2015; de forma que a mediação da Associação junto à Marinha em relação aos pedidos de retorno e moradia definitiva aparenta ser algo muito limitado, reservado e sem o acesso desta pesquisa. Esta característica transforma a Marambaia em um território mais rígido, no qual a concepção de novos membros

estaria relacionada aos nascimentos e casamentos. E este último caso não se daria de forma imediata, mas a partir de dois anos de união, sendo os cônjuges considerados moradores e não quilombolas.

2.2 O Caso do Érico

O caso do Érico é um exemplo bastante claro da relação estabelecida entre os moradores da Marambaia e os documentos escritos. Para construir sua casa, este morador deu entrada nas licenças ambientais, nos órgãos competentes do Município de Mangaratiba. Érico é morador da Praia da Caetana, situada ao lado esquerdo do CADIM. Ele recebeu parecer favorável ao desmonte de terra e supressão da mata para construção de sua casa. No entanto, ele sentiu a necessidade de limpar uma área atrás de sua casa para criar um roçado, plantar aipim e assim o fez. Érico foi denunciado “supostamente” pela Marinha aos órgãos ambientais. Em conversa com este morador ele explicou que:

“Eu não li na licença que eu não poderia ter uma plantação, se tá lá eu não entendi. Na licença tinha o modelo de casa, largura e comprimento, dava a entender que eles estavam mais preocupados com o tamanho da casa., tanto que eles falam que lá da Marinha dá pra ver aqui, pelo meu entendimento parece que a minha casa está num ponto muito visível da Marinha. Eu sou pescador, eu dependo do mar e da terra, a gente vem de geração onde a gente planta aipim, banana, eu venho de tradição de plantação”.



Figura 11: Casa do Érico, Praia da Caetana, área desmatada para plantar aipim.
Fonte: Imagem do Auto de Denúncia cedida pela ARQIMAR.

Estive na casa deste morador e pude conhecer o seu roçado. Seu cultivo é basicamente o aipim, cultura que quando é removida descobre o terreno, deixando-o aparente ao longe. Já quando estão em pleno desenvolvimento, o verde se iguala ao das copas das árvores em volta, dando uma aparência de uniformidade na mata.

O Auto de Medidas Administrativas, entregue pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba ao morador, diz que ele infringiu os artigos 16 e 222 da Lei nº 1209/19. Esta lei é o Código de Meio Ambiente do Município de Mangaratiba. Nesta ocasião, Érico também foi notificado e convidado a comparecer na referida secretaria portando a licença ambiental da sua construção. A imagem ampliada abaixo mostra a roça de aipim em desenvolvimento atrás da casa do Érico. A vista panorâmica da Praia da Caetana dá uma dimensão da faixa de areia invadida pelo mar na parte baixa. Apesar de muito povoada, apenas a casa deste morador é visível em destaque. As demais moradias estão parcialmente sob a copa das árvores. O caso deste morador está sendo assistido pelas advogadas voluntárias da comunidade e pela associação de moradores.



Figura 12: Vista panorâmica da Praia da Caetana, ao centro a residência de Érico.
Fonte: Imagem do auto de denúncia cedida por Jaqueline Alves, presidente da ARQIMAR.

A maior preocupação do Érico é com a colheita de tempos em tempos, seguida da descoberta do solo, e o que pode acontecer futuramente. Segundo ele, já tentou cultivar bananas e outras frutas, mas algumas espécies de primatas consomem toda a sua plantação. Por isso, investe em plantar raízes.

Uma das conquistas recentes dos moradores foi a proibição da realização de imagens fotográficas das suas residências por parte da Marinha do Brasil na ocasião do censo feito por esta instituição. Os moradores relataram que durante este período, foram realizadas fotografias

de suas casas sem os devidos consentimentos, o que poderia produzir provas documentais contra eles.

De acordo com a diretoria da comunidade, esta prática fez alguns moradores serem autuados pelos órgãos de fiscalização ambiental na esfera municipal e até mesmo estadual. Assim como a situação do Érico, outros moradores com questões semelhantes foram conhecidos por esta pesquisa mas, por temerem possíveis represálias, não autorizaram a descrição de seus casos, mesmo com o intermédio da ARQIMAR. O que ilustra o quanto os resquícios da violência do passado ainda causam espanto nas pessoas.

2.3 A travessia e os documentos que regulamentam o transporte

Minha primeira viagem para a ilha foi em uma manhã muito quente de março de 2022. Para acessar o barco da Marinha em Itacuruçá, precisei usar roupas orientadas pela ARQIMAR: tênis ou qualquer sapato fechado, calça e camisa com manga. Me recordo de ter sido orientada por Rita em não utilizar, de forma alguma, qualquer outra roupa curta e boné. Conforme disse no início, a travessia para a Ilha da Marambaia é realizada somente através do barco da Marinha, detentora do controle de acesso e do transporte.

A Marinha emite informes sobre o embarque e é comum ver avisos como este abaixo no cais da Marambaia:

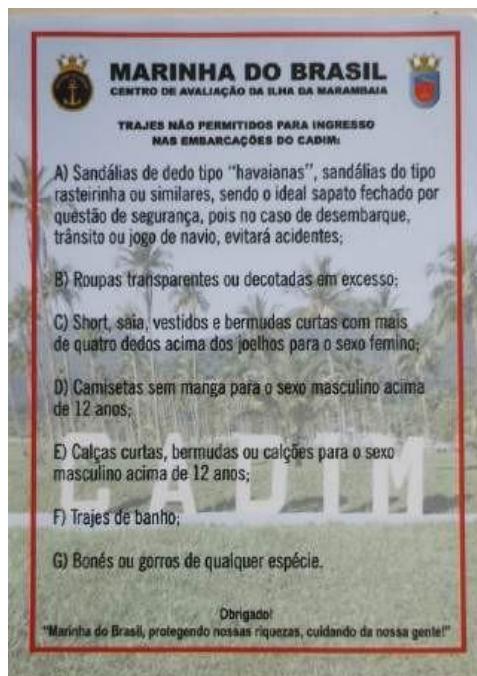


Figura 13: Documento emitido pelo CADIM com orientações para o embarque.
Fonte: Recebido pela autora para o embarque em 2025.

Para acessar este barco existem algumas burocracias. A Marinha precisa receber via ofício, através da ARQIMAR, o nome completo da pessoa e o número dos documentos pessoais. A partir deste recebimento, o nome vai para o ROL de embarque do CADIM e é conferido por um militar momentos antes do barco sair. Grande parte dos documentos emitidos pela Marinha aos quais tive acesso, quando carregam a intenção de promover algum tipo de ordenamento, me parecem ser muito claros, objetivos e às vezes até excessivamente explicativos. Analisando tal documento emitido pelo CADIM, a partir de seu conteúdo e estética, penso que houve um interesse em chamar atenção, a partir de um “card” colorido, com destaque para o texto em vermelho. Em relação ao conteúdo, a explicação sobre as “sandálias de dedo”, os detalhes sobre o “comprimento da roupa” para mulheres e crianças, demostram o quanto o documento foi produzido com o intuito de facilitar o entendimento ou comunicar.

Fui a última a entrar no barco, junto com uma moradora do quilombo chamada Pedrina. Os primeiros autorizados a entrar na embarcação foram os militares, perfilados, alguns fardados. Inicialmente não comprehendi o que se dizia uma espécie de chamada que estava sendo feita, mas era perceptível a existência de algum tipo de ordenamento para o acesso deles. E era visível que a preferência de acesso era para os militares. Em algum momento cheguei a pensar que seríamos autorizadas a entrar primeiro pelo fato de estarmos com muitas bolsas, a fim de que conseguíssemos nos acomodar com calma, contando com uma solidariedade que não aconteceu.



Figura 14: Embarcação Sargento Borges no cais de Itacuruçá.
Fonte: Registro da autora.

Quando enfim a chamada aos militares se encerrou, um deles que portava uma prancheta cheia de listas se aproximou de nós duas e imediatamente me perguntou em nome de quem eu estava incluída no ROL de Embarque. Eu respondi que estava indo na ARQIMAR. Foi solicitada minha identidade, checada, e em seguida dito que meu embarque estava autorizado. Neste momento guardei minha identidade e me abaixei para pegar minhas bolsas. Eu estava levando alguns suprimentos para o almoço pois havíamos combinado de fazer um almoço coletivo. Enquanto eu juntava as bolsas para entrar no barco, o militar se aproximou de Pedrina e falou a palavra: “Número!”. Pedrina respondeu: *Bom dia! Meu número é 3401!*

Pedrina é uma mulher negra, mãe, avó, jongueira do Grupo Filhos da Marambaia, assim como suas filhas e netos. Bastante conhecida no continente pelos seus sacolés *gourmet* que vende quando desembarca da ilha. Frequentemente ela vai ao continente em busca de insumos para a produção dos lanches e sobremesas que vende no barco da Marinha: sanduíches, café, tapioca doce e sacolés, dentre outros. Seu cardápio depende do clima e do horário. Por ser a única a realizar esta atividade diariamente nas travessias, acredito que Pedrina seja a pessoa mais conhecida pela comunidade e pelos militares.



Figura 15: Pedrina vendendo sacolés aos militares no cais da Ilha da Marambaia.
Fonte: Registro da autora.

Fiquei me perguntando por qual motivo o militar não poderia simplesmente ter anotado o nome dela, sem ter que fazer todo aquele ritual, como se nunca a tivesse visto. Pelo que pude perceber, seu número era solicitado todas as vezes que ela fazia a viagem no barco, de forma muito distante, formal e direta: “Número”. Abro um pequeno “parêntesis” para dizer que a escolha de Pedrina como colaboradora nas questões sobre o barco foi uma contribuição das

antropólogas do Grupo de Pesquisas CORRE (Sarah e Pâmela) durante a Reunião de Antripologia do Mercosul 2023 (RAM), que me ajudaram a pensar as dinâmicas do barco, a partir do acompanhamento do cotidiano desta moradora da comunidade.

Observei com muito desconforto o fato do militar não responder o bom dia dado por Pedrina, além de não entender porque ela estava se identificando, se tinha vindo da Marambaia no barco vendendo café para eles há poucos minutos. Uma vendedora que todos conhecem no barco e a trataram com tanto distanciamento: confesso que fiquei chocada. No transcorrer da viagem, Pedrina acomodou as sacolas em um vão onde elas não teriam chance de deslizar e seguiu vendendo seus lanches e cafés, indo e voltando, descendo até uma área exclusiva para os oficiais e subindo até a parte aberta. Vendeu todo seu lanche, sobrando apenas alguns sacolés.

Eu e Pedrina viajamos de pé. Não conseguimos acento. Alguns militares armados margeavam o barco. Apesar de estarmos com bolsas e sacolas pesadas, não houve nenhum tipo de solidariedade por parte deles. Era como se nós não existíssemos ali. A viagem durou pouco mais de uma hora. Em determinado momento, uma voz surgiu em um alto-falante do barco: “*Embarcação Sargento Borges, bom dia! Solicitamos que todos os ocupantes permaneçam sentados para o início das manobras de atracamento. Proibido encostar na popa e na proa e circular no momento das manobras*”. Importante pontuar aqui que para conseguir captar estas falas por inteiro, foram necessárias muitas viagens à ilha, muitas anotações, para que este discurso pudesse ser compreendido e transcrito.

Logo à nossa frente, um grupo de homens abriu uma mesa dobrável, alguns jogavam uma espécie de dominó em duplas enquanto outros ficavam narrando e torcendo. Barulhentos e irritantes, cada vez que um deles fazia ponto, batiam na mesa com um objeto que parecia ser algo feito de plástico duro. Eles ficavam de pé em volta desta mesa, fazendo um grande alvoroço. Em outras viagens que fiz neste barco aos finais de semana, pude ver a mesa presa a um banco. Tive muita vontade de soltar aquela fita e deixar a mesa escorregar “sem querer” para dentro da água, mas não tive coragem. O barulho do jogo demorava algumas horas para sumir da mente... Mas como já ouvi dizerem no barco: “*É coisa de homem*”.

Por falar neles, já no fim da viagem, um oficial de macacão cinza escuro surgiu ao nosso lado e disse: “*Senhores, sentados por favor!*”. Imediatamente foi realizado um esforço por parte dos militares para que sobrasse algum lugar a fim de que nós duas nos sentássemos. Quando finalmente conseguimos nos sentar, o militar de farda cinza se retirou e, alguns segundos depois, o barco iniciou as manobras para atracar no cais da Marambaia. Em outras viagens percebi que neste momento não necessariamente precisávamos estar todos sentados, a depender das

condições do mar. Já aconteceu da orientação ser apenas não permanecermos próximos às bordas do barco, nem caminhando e sim na área coberta, parados.

Voltando à primeira viagem, quando finalmente o barco parou, fiquei um tempo sem saber se já podia me levantar. Pedrina se sentou longe de mim, de modo que eu não tinha referências de alguém que conhecesse as regras do desembarque. Permaneci sentada, ouvindo os motores do barco silenciarem gradativamente, apertada entre os homens no banco. Em meio ao silêncio dos motores, a voz do barco anunciou: “*Atenção senhores! O desembarque será feito por antiguidade, os oficiais estão autorizados a desembarcar!*”. De onde eu estava, avistei dois jovens senhores saindo do barco, com fardas bem alinhadas, carregando pequenas malas de rodinhas e suas armas pequenas na cintura.

Após uma breve pausa, a voz retornou: “*Sub-oficiais... Sargentos...*” A cada anúncio da voz, o número de pessoas que desciam aumentava. Homens com suas fardas e suas armas aos poucos deixavam o barco, em ordem, perfilados, sem alvorço. Percebi que o desembarque era feito sempre pelo lado esquerdo. Quem estava do lado direito dava a volta e entrava em uma fila que dava acesso à rampa de descida. Depois de uma longa pausa, a voz disse: “*Moradores*”. Neste momento desembarcamos, Pedrina e eu, sem plateia e eu apenas com a sensação de ser “um nada”.

Michel Foucault (1990) apresenta elementos que ajudam a pensar sobre esse “discurso de antiguidade”, dito e ritualizado no transporte para a ilha. Segundo ele, esses discursos são produzidos a partir de uma lógica que dá autonomia, autoriza e legitima quem pode falar, o que vai ser dito e sobre qual contexto. A “voz do barco” não fala em um momento de desatenção. É criado um contexto para este “evento”, uma “plateia” é posta sentada, sob o efeito paralisante do poder da voz em ordenar que ela não está autorizada a se mover.

Nas inúmeras viagens que fiz para a ilha pude presenciar muitas situações: pessoas idosas de pé ou apoiadas no cantinho da área coberta, enquanto homens jovens permaneciam sentados, sem oferecer o acento. Já presenciei mães com bebês de colo, amamentando encostadas neste mesmo lugar, e o barco lotado tanto de militares quanto de moradores.

No momento do início das manobras, a voz orienta sair das bordas do barco, sendo prontamente obedecida por todos os passageiros. E pouco importa se minutos antes do “ritual da voz” as pessoas estivessem nestes mesmos locais sujeitas a todo tipo de sorte. Para Foucault (1990), os discursos não são isentos de contextos, pelo contrário, os contextos são tão importantes no sentido de dizer algo, quanto a própria voz que fala:

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1990, p.8).

A partir da concepção de Foucault, podemos inferir que a força do discurso de antiguidade no barco representa o poder do mundo linguístico, do mundo dos discursos, do domínio da fala, da oratória bem articulada. Representa também o gênero masculino no prenúncio ao ritual de embarque e desembarque: “*Atenção senhores*”. O discurso é sobre eles! A voz é masculina, impositiva, hierarquizante, disciplinadora, dotada de um enredo paralisante, “imagético” e prenunciada pelo silêncio dos motores do barco, resultando na obediência incontestável ao ritual apresentado.

Preciso registrar aqui que todas essas impressões sobre as dinâmicas do barco são minhas. Pedrina leva de forma natural a maneira como é recebida. Justifica as abordagens diretas e a identificação por número como forma de otimizar seu tempo. Contudo, o que mais me impressionou foi perceber que muitos moradores compartilham desta mesma opinião. Pude observar que aos finais de semana e feriados, quando não há embarque de muitos militares, era possível viajar sentado pois o barco estava quase vazio. Resolvi não incomodá-la mais com essa inquietação minha e passei a me dedicar à busca da documentação que regulamentava esse transporte - o TAC.

Persegui durante meses a ideia de pesquisar no TAC como deveria ser realizado o transporte de moradores pela Marinha, mas não foi muito fácil conseguir este documento. Depois de 11 meses na comunidade, sempre tocando no assunto com as lideranças, finalmente consegui uma cópia do TAC através da presidente Jaqueline. Um documento com 16 páginas, assinado em 27 de novembro de 2014. O item 9 explicava:

“A Marinha do Brasil, nos limites de suas possibilidades, se compromete a fornecer o transporte à ilha e seu retorno aos atuais moradores constantes nas listas dos anexos F e G, bem como de seus familiares, convidados e visitantes habituais, os quais encontram-se nominalmente listados no Anexo I, nos mesmos horários de utilização dos militares, os quais devem observar as ordens de procedência e trajes civis estabelecidos na respectiva Ordem Interna do CADIM vigente na ocasião” (TAC, p.7).

Já o item 4 do TAC explicava a forma como se daria este acesso ao transporte:

“Todos os atuais moradores, inclusive os menores de idade, possuirão uma Carteira de Morador, emitida pela Marinha do Brasil, que permitirá o acesso às embarcações e demais serviços prestados

pela Instituição”. O termo prosseguia informando que na carteira constariam dados pessoais, documentos, filiação, endereço e uma foto 3x4 (TAC, p. 5).

Esta carteirinha seria uma opção ideal para dar um atendimento digno aos moradores durante o embarque. Porém, particularmente, em todas as viagens que eu fiz para a ilha nunca vi os moradores fazerem uso deste documento. Em conversa com Rômulo Alves, um jovem quilombola da ilha e atualmente estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, ele me disse que: “*Geralmente eles pedem a carteirinha pra saber quem é o morador*”. Também nunca presenciei nenhum militar checando esta carteirinha nas viagens que fiz, mas segundo este morador ela pode ser solicitada, provavelmente “*Quando a abordagem feita pelo militar gera algum tipo de dúvida nele*”. Na frente do documento, há um código de quatro números precedido de uma letra. No verso da carteirinha está escrito que o “*cartão é válido apenas para o embarque*”; e que em caso de “*extravio do cartão, entrar em contato com o serviço de inteligência do CADIM*”. Tal documento foi confeccionado em papel cartonado, de cor verde claro, plastificado pelo morador e com o carimbo do CADIM parcialmente sobre a foto.

O processo disciplinar implementado na Marambaia extravasa para a questão da organização e do ordenamento, pontos que necessitam de uma discussão mais aprofundada. Sobre aceitar com normalidade os absurdos do barco, isso pode estar ligado aos efeitos da constante obediência. Foucault (1990) sugere analisar o discurso como um acontecimento indexado a práticas de poder e de autoridade, através das quais a sociedade disciplinar tende a instituir a docilização dos corpos, cujo processo passa essencialmente por uma construção discursiva. “*A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras*” (Foucault, 1990, p.36).

Pedrina dizia que quando sobram assentos livres é possível se sentar e, na verdade, já presenciei uma equipe de militares de outros quartéis ceder o lugar para os moradores. Talvez o fato de não ceder o lugar seja um costume restrito à Marambaia, pela constatação de que a embarcação militar é um transporte dos militares e que as demais pessoas da comunidade viajariam como um “favor” da Marinha - o que não é o caso segundo o TAC.

2.4 Isso aqui não é ônibus! A falta de acessibilidade e sensibilidade na embarcação

Em março de 2023 recebi um convite para acompanhar uma atividade que seria realizada nos quilombos de Mangaratiba, na comunidade Santa Justina e Santa Isabel, e no quilombo da Marambaia. Estes eventos foram organizados pelos membros do fórum UBUNTU em parceria com a Casa de Axé Ilê da Oxum Apará de Itaguaí, uma cidade vizinha de Mangaratiba. Ambos os eventos contaram com a palestra do professor Jayro Pereira, fundador da Comunidade Bioafroancestrálica “Ser Viver” na cidade de Amado, na Bahia. Muitas pessoas foram convidadas, entre elas, ativistas da causa negra, universitários, pesquisadores e sobretudo muitos religiosos de matriz africana, a grande maioria vestindo branco.

Nos encontramos todos na área de embarque em Itacuruçá às 7:00h. Por ser domingo, a embarcação tem seu horário atrasado para as 8:00h, então tivemos tempo para nos conhecermos antes do embarque. Todos tiveram suas identidades checadas por um militar, que portava a lista chamada ROL de Embarque enviada pela ARQIMAR. Seguimos para a ilha na embarcação Sargento Caires que, além de ser menor, é menos confortável do que a embarcação Sargento Borges e não há espaço para que muitas cadeiras sejam dispostas. No entanto, cadeiras de plástico são disponibilizadas na proa pois possui apenas um banco fixo e suas bordas são mais baixas, oferecendo maior risco às viagens de pé nesse local. Uma área de degrau na região central do barco foi utilizada como assento e repouso de sacolas. Não possui acessibilidade para cadeirantes e pessoas com outros tipos de deficiência, apesar de ser um veículo de transporte de civis. Jayro Pereira, professor e cadeirante, viajou em sua cadeira de rodas, ladeado pelas pessoas que iriam compor a mesa com ele e que ajudaram a fixar sua cadeira manualmente.

Assim que desembarcamos, ainda restavam alguns lugares no “trenzinho”, mas não seriam suficientes para todos nós, então apenas um pequeno grupo formado pelas pessoas mais velhas e mulheres com crianças utilizou o transporte até a Praça Sebastopol. Este transporte dá uma boa adiantada na caminhada, cujo trajeto totaliza cerca de 2,6 km segundo estimativa pelo Google Earth. Um carro da Marinha foi disponibilizado para levar o professor até a comunidade pois, como ele é cadeirante, ficaria difícil movimentar a cadeira no segundo trajeto composto basicamente por areia fofa. Chegamos na ARQIMAR recebidos pela diretoria da comunidade.

Precisávamos sair da ARQIMAR às 14:00h porque o barco seguiria às 15:30h para Itacuruçá. Tínhamos uma expectativa de embarcar no trenzinho de 14:15h, mas ele estava

reservado aos oficiais e seus familiares, então seguimos todos a pé. Como não havia um carro para apoio ao professor na volta, ele foi levado com toda dificuldade em sua cadeira de rodas até a Praça Sebastopol, local de onde parte o trenzinho que faz ponto final no cais da Marambaia. Enquanto partíamos para a caminhada até o cais, Ogum Faislon, Geraldo Barros e Gil Del Carmo articulavam o acesso do professor neste transporte e conseguiram que ele fosse levado de trenzinho até o cais.

De acordo com o critério de antiguidade utilizado pela Marinha, moradores e visitantes são os últimos a entrar no barco. Por último então, acessamos a embarcação Sargento Borges. O último dos últimos foi o professor Jayro Pereira. Além dos motivos não esclarecidos, o professor precisava de ajuda para colocá-lo junto com sua cadeira de rodas dentro do barco, passar por uma ponte estreita, margeada por correntes de ferro, que se movia muito de acordo com as ondas e o balanço do barco; descer esta rampa e mais uma escada com três degraus largos. Ou seja, o barco não possuía nenhum tipo de acessibilidade para uma pessoa cadeirante.

Não houve o menor esforço dos militares para acomodar os mais velhos nos bancos. Ao contrário, percebi que eles se espalhavam nos bancos para não nos deixar sentar, abrindo mais as pernas ou colocando as mochilas no banco. Tínhamos acabado de almoçar uma feijoada e estávamos todos querendo nos acomodar um pouco, além de que estava muito calor.

Quando o barco atracou no cais de Itacuruçá, um pouco antes de desligarem os motores, teve início um grande alvoroço. Lá de trás onde estávamos consegui ouvir uma voz feminina emitindo gritos de ordem: “*Isso aqui é a Marinha do Brasil, isso aqui não é ônibus!*”. No mesmo momento em que a voz do barco autorizava os oficiais a desembarcarem, um início de tumulto foi percebido. A voz do barco emudeceu. Os motores desligados permitiram ter ideia da complexidade dos fatos. A mulher gritou quando os acompanhantes do professor se dirigiam à rampa de saída, na intenção de desembarcá-lo.

Depois de tantas viagens presenciando o ritual da voz do barco, pela primeira vez, fiz uma travessia onde ela não foi ouvida em silêncio: de um lado gritos de ordem, de outro lado pedidos de calma. Visitantes chorando e militantes do Movimento Negro gritando: “*Racismo! racismo! racismo!*”. Algumas pessoas ficaram indignadas com o caos instaurado. A voz feminina, em destaque, atraía olhares de reprovação e também de indiferença. “*Isso aqui é Marinha do Brasil!*” Por fim, os homens tiraram o professor Jayro do barco.

A mulher muito descontrolada também desceu e gritava lá do píer, muito descontente com o ocorrido porque seu privilégio de sair primeiro parecia burlado “*por um monte de preto macumbeiro*”, conforme justificava um casal a um pequeno grupo de passageiros, tentando

explicar os fatos. O desembarque aconteceu de forma muito confusa: todos saíram juntos em fila, ao mesmo tempo em que a voz do barco realizava seu ritual sozinha em meio ao caos, sem plateia, “*oficiais, suboficiais, sargentos...*”.

Tânia Müller e Lourenço Cardoso (2017) explicaram a hierarquia social a partir da herança colonialista, na qual o negro é sempre uma “vítima potencial”:

“Nas sociedades marcadas pela herança colonialista, o negro é, necessariamente, essa “vítima potencial”, ou seja, aquele que é interpretado pelo branco como sua antítese. Esse mecanismo perverso foi concebido para justificar uma hierarquia social pautada na ideia de superioridade racial. Característica das relações colonialistas, essa estrutura tem se mostrado capaz de resistir a diferentes contextos sociais, sem perder sua essência, isto é, mantendo os privilégios e lugar de poder de um grupo étnico-racial específico autodeclarado “branco” (Müller e Cardoso, 2017, p. 24).

A reivindicação desta mulher, quando a voz iniciou o processo de chamada dos oficiais, parece ser justificada no contexto de “ordens de precedência” do TAC, descritas na página 7, inciso 9:

“Familiares, convidados e visitantes habituais, os quais encontram-se nominalmente listados no Anexo I, nos mesmos horários de utilização dos militares, devem observar as ordens de precedência e trajes civis estabelecidos na respectiva Ordem Interna do CADIM, vigente na ocasião”(TAC, p. 7).

Talvez esta questão da preferência de acesso seja regida pela hierarquia militar e esta esteja relacionada ao sistema de antiguidade implementado no barco. Contudo, essas questões não foram aprofundadas, apenas descritas no intuito de mostrar a condição a que são submetidos os moradores da comunidade e seus visitantes. A Ordem Interna do CADIM citada no TAC me parece ser um tipo de ofício, que esclarece aos condutores os trâmites da embarcação em determinado período/dia/viagem. Já a Lei 10.048²², ou Lei de Acesso Prioritário vigente em todo território nacional, estabelece os direitos a um grupo específico de pessoas, no qual o professor Jayro Pereira é um beneficiário:

“As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, às pessoas com deficiência, às pessoas com transtorno do espectro autista, às pessoas idosas, às gestantes, às lactantes, às pessoas com criança de colo e às pessoas com mobilidade reduzida” (Art. 3).

²² Lei 10.048 de 8 de novembro de 2000. Lei da prioridade no atendimento às pessoas específicas, acesso em 16/04/2024 Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm

De acordo com esta lei, as pessoas elencadas no referido artigo teriam assegurada a sua viagem em assento reservado, assim como a sua prioridade de acesso ao transporte. Mas o sistema próprio imposto pela Marinha, preferencial por antiguidade, não permite que isso aconteça. Se a comunidade pudesse usar desta mesma lógica da antiguidade, chegaríamos ao ponto em que o morador seria o indivíduo mais antigo, pois habitava a ilha antes da chegada dos militares.

Em conversa com o professor Jayro Pereira, após o ocorrido, ele revelou que por ter nascido na Ilha de Itaparica, na Bahia, desde pequeno atravessava o mar, época em que também ouvia as pessoas contarem as histórias das suas travessias. Sobre o barco da Marinha ele disse:

“A barca foi um episódio que não saiu da minha cabeça, desde pequeno eu ouvia histórias das travessias do continente para a ilha de Itaparica. O barco era sempre pensado, a travessia era algo que eu fazia sempre observando o Oceano Atlântico, e neste momento pensava também na viagem feita pelas pessoas escravizadas, e talvez este pensamento tenha sido o mesmo quando fiz a travessia para a Marambaia no dia 19 de março de 2023. A somatização de sentimentos da infância e deste passado da população negra vieram à tona, um sentimento de memória quase automático veio em minha mente. Como se uma imagem ou um sentimento de memória fosse acionado, uma memória ancestral. Eu não me senti mal, só porque era mais velho ou cadeirante, esses motivos não foram tão importantes quanto o fato de ser eu negro. Foi triste perceber a dinâmica do racismo, a diferença da ânima e a promiscuidade civilizatória” (Jayro Pereira, 2023).

Pessoas que já viveram contextos de violência, experimentam a sensação de não compreender o contexto ou sentido de violação (Das e Poole, 2008), indicando que a violência não é apenas experimentada no corpo, ela permeia também este mundo das sensações. Para Veena Das, as memórias do sofrimento vivido no passado não habitam os escombros, estão na superfície e podem ser acessadas. Para o professor Jayro Pereira, a sua entrada no barco acionou um mecanismo de memória, que surgiu quase que de forma automática, “como uma imagem” denominada por ele de “memória ancestral”, um sentimento que se sente sem saber o sentido, os porquês sem respostas. Beatriz do Nascimento, ao se referir às memórias do passado da população negra, compara este sentimento à sensação de inexistência quando diz: “*Quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir*” (1976, apud RATTS, 2007, p. 39).

Depois deste acontecimento, encontrei com algumas pessoas que estiveram no barco. Todas sem exceção mencionaram a necessidade de elaboração de uma carta de repúdio pela ARQIMAR ou por qualquer outra instituição ligada ao Movimento Negro. Contudo, nunca tive conhecimento sobre este documento. Este é um registro do campo sobre o documento que faltou, aquele que todos sentiram que fez falta. Existiu ainda uma unanimidade de que este documento pudesse “fazer um barulho”, semelhante ao da voz da mulher naquele barco.

O ocorrido no barco foi uma pequena amostra do quanto as pessoas privilegiadas em nossa sociedade não estão dispostas a renunciar a seus privilégios, mesmo que diante delas estejam pessoas deficientes ou idosas. Como apontou o professor Jayro Pereira, não foi a sua deficiência ou sua idade, foi o fato dele ser negro. Toda aquela indignação da mulher foi fruto do racismo.

No livro intitulado “Lugar de negro”, Lélia Gonzalez aborda as formas de expressão do racismo na sociedade brasileira e o quanto o racismo por si só dá segurança para a sua prática aos racistas:

“Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas contra um povo inteiro ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros. Pais de família desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é este o racismo coletivo, este racismo institucionalizado, que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. E é este racismo institucionalizado que dá segurança para prática de atos racistas” (Gonzalez e Hasenbalg, 1982, p. 49).

Não houve constrangimento ou qualquer tipo de repressão ao ato praticado pela mulher ao impedir que um cadeirante idoso desembarcasse primeiro do que ela. A forma como ela agiu, segura, foi como se existisse um respaldo ou conivência.

A estrutura implementada no barco da Marinha faz com que a comunidade negra residente na ilha, e seus visitantes, sejam sempre os últimos a acessarem este transporte. Ao acessarem por último, dificilmente encontrarão algum acento disponível, restando-lhes uma viagem às margens, expostos. Apenas assistindo os privilegiados viajarem, quando não totalmente confortáveis em suas áreas exclusivas para oficiais, pelo menos acomodados e protegidos do balanço do mar, ou de sofrerem um mal súbito ou um desmaio e caírem do barco. No dia deste evento, todos voltamos de pé, margeando o barco: mulheres, idosos e pessoas com problemas de mobilidade, majoritariamente negros, e a sensação que pairava no ar era a de sermos invisíveis e sem importância para as outras pessoas.

Diante do silêncio produzido pela falta deste documento, decidi assumir a responsabilidade de registrar na minha pesquisa o que presenciei naquele dia, além de também ter me comprometido com o professor Jayro Pereira de escrever seu desabafo sobre o ocorrido naquele 18 de março de 2023 na embarcação Sargento Borges, às 16:45h, no cais de Itacuruçá.

No próximo capítulo abordarei a trajetória dos participantes do Projeto de Leitura de Editais dentro da universidade, durante os três períodos letivos que couberam nesta pesquisa. Discutirei sobre a institucionalização da luta destes universitários e o caminho da burocratização percorrido por eles para a criação do Coletivo da Ancestralidade Quilombola - CAQ. Incluindo a produção de documentos por parte dos documentados, os registros e o uso das burocracias escritas. Apresentarei ainda uma problematização a respeito da relação de cuidado praticada pelos antropólogos, que às vezes se converte em tutela; os estreitamentos de laços entre o pesquisador/campo e a relação de confiança; os motivos que levam o antropólogo a representar a comunidade em algumas frentes; e, por fim, questões sobre a formação escolar necessária para a representação interna na comunidade.

CAPÍTULO III - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LUTA: A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PELOS DOCUMENTADOS

Aqui esta dissertação realiza, junto com os ingressantes do Projeto de Leitura de Editais²³, um deslocamento para o interior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde nos deparamos com as exigências de documentos até então desconhecidos por nós. Problemas que contrastaram com a beleza do campus, plano de fundo para muitas fotos do primeiro dia de aula. Lugar também em que comemoramos mais uma etapa vencida e passamos a manhã inteira juntos, conhecendo alguns espaços indispensáveis à “vida ruralina”. Compramos os tickets do almoço, estivemos no banco, fizemos os cadastros no bandejão e nos despedimos depois do almoço na porta do Setor de Residência Estudantil (SERE), local no qual os estudantes fazem seus cadastros para acesso aos alojamentos. O próximo compromisso dos ingressantes seria com uma aula inaugural. Como eu estaria em aula em outro prédio perto no PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), e estava tudo certo, depois da aula eu fui direto para casa.



Figura 16: Renata, Rayane, Rafaela, Rômulo, Cleyson na chegada a UFRRJ em 2023.
Fonte: Registro da autora.

²³As estratégias de acesso, bem como a trajetória dos estudantes durante a sua passagem pelo Projeto de Leitura de Editais, são bem mais detalhadas no Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afrobrasileiras, pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, sob o título: “Juventude Quilombola e as Estratégias de acesso ao Ensino Superior: a coletividade e o afeto como símbolos de resistência da Ilha da Marambaia RJ”, apresentado em novembro de 2024.

Minha tranquilidade vinha do fato de que, muito antes do início das aulas, eu já havia feito contato com um estudante da Rural chamado Douglas, quilombola da comunidade de Santa Rita do Bracuí, localizada em Búzios. Ele era alojado e nos conhecemos na LEC, mas nossa relação se estreitou na ocasião da minha passagem pelo ETNOPET. Tentei me orientar com o Douglas sobre a acomodação dos estudantes da Marambaia. Eles não eram totalmente desconhecidos, por vezes se encontravam nos festeiros das suas respectivas comunidades. Essa informação me deixou muito mais tranquila.

Coloquei os ingressantes da Marambaia em contato com o Douglas para tratarem de eventuais questões relacionadas à primeira pernoite. Deste modo, após a aula inaugural, falaríamos apenas por telefone e Douglas seria o apoio direto deles, enquanto eu não estivesse por perto. Assim, não esperávamos ter problemas, mas aconteceu que três estudantes foram grosseiramente expulsas por uma alojada do quarto em que elas haviam sido inseridas pelo SERE. Foi uma experiência extremamente traumática. Deste modo, resolvi relatar este ocorrido com o intuito de justificar algumas reivindicações feitas por Douglas em relação à manutenção de um quarto coletivo utilizado pelos quilombolas, antes dos estudantes da Marambaia chegarem.

Os estudantes da Marambaia não foram os primeiros quilombolas a acessar a UFRRJ. Conheci alguns no curso da LEC ao longo dos quatro anos em que passei por lá. Muitos outros já acessaram a mesma universidade e talvez sequer tenham sido identificados, pois depende do estudante se apresentar. Não existe um sistema em que, no ato da matrícula, a universidade tenha ciência da presença dessas pessoas, o que poderia ser feito através do Sistema Acadêmico. É possível que tal dificuldade institucionalizada através deste sistema seja mais uma forma de agir do Estado, pois como já visto anteriormente, ter direitos não precede a existência e, neste caso, existir depende de ser identificado na universidade. A entrada anterior dos quilombolas na universidade havia sido feita de forma gradual, em menor número. No caso da Marambaia, 18 estudantes no total acessaram desde a implementação do projeto e naquela ocasião 12 membros da comunidade da ilha entraram de uma vez só.

De acordo com o que foi colhido pela pesquisa até o momento, os quilombolas da Comunidade do Bracuí que acessaram a universidade alguns anos antes dos jovens da Marambaia passaram por situações semelhantes ao ocorrido com as meninas no 2º semestre de 2023. Conforme contou Douglas, seus companheiros do Bracuí junto com uma estudante caiçara de Paraty pleitearam junto ao SERE um quarto coletivo, onde todos os estudantes oriundos de comunidades tradicionais pudessem ficar juntos. Isso seria uma forma de se protegerem, se fortalecerem na luta e evitarem de passar por questões de racismo e outros tipos

de preconceitos dentro dos quartos. Entre estudantes com os mesmos modos de organização social, estabeleceriam vínculos com maior facilidade e ficariam livres de outros problemas.

Segundo Douglas, foi negada pelo SERE a inserção de homens e mulheres no mesmo quarto, mas ele reconheceu que de forma não-oficial os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo de diferentes comunidades quilombolas ficaram juntos neste quarto, o qual chamavam de “alojamento quilombola”. Tratava-se do último quarto do primeiro andar do alojamento masculino. À medida que os estudantes foram se formando, o quarto foi esvaziando. Neste quarto, Douglas conviveu com Jussara, Adilson, Mec e Fran, e também passaram por lá Fabiana, Luciana, Marcos e Angélica, todos da mesma comunidade do Bracuí. Ainda conforme Douglas, esta demanda do quarto foi levantada no Fórum de Comunidades Tradicionais²⁴, em que fizeram um documento solicitando o quarto para os estudantes membros de comunidades tradicionais quilombolas, caiçaras e indígenas. E tal documento teria sido entregue aos Pró-reitores de Assuntos Estudantis e à Coordenação da LEC.

Passei os últimos meses da pesquisa procurando por este documento. Estive na Pró-reitora de Assuntos Estudantis e também procurei saber se os estudantes alojados tinham uma cópia, mas não tinham, entregaram todas na instituição. Neste momento, me veio em mente uma conversa que tive com Jaqueline na Marambaia a respeito da forma como a Marinha ignorava totalmente qualquer documento escrito pela instituição quilombola ARQIMAR, fundada em 2003. Fiquei me questionando sobre o quanto ignorar estas tentativas de diálogos escritos fazia parte dos modos de agir do Estado e de suas instituições.

Na noite em que as meninas da Marambaia foram expulsas pela alojada, uma outra moradora se solidarizou com elas e as acolheu no seu quarto. No dia seguinte, Douglas inseriu todo mundo no “alojamento quilombola”. Fiquei com um sentimento de culpa horrível por não ter estado com as meninas neste momento. Aquela sensação de calmaria que eu estava sentindo se transformou em desespero, e nem todos da Marambaia ficaram alojados. Érica e Dafne, mãe e filha, passaram a dormir em Itaguaí de segunda a sexta. Outros, depois do episódio vivido pelas meninas, se acomodaram na casa de parentes. Minha sensação de culpa piorou quando recebi

²⁴ Organização comunitária e movimento social de luta pelos direitos dos povos tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra, Paraty e Ubatuba.

uma ligação da presidente da ARQIMAR às 23:00h do dia seguinte, querendo saber o que houve com os membros da comunidade.

Passei então a exercer uma espécie de cuidado excessivo, mesmo estando tudo bem. Nesses momentos, por vezes, eu lembrava de Rita: a sensação de responsabilidade quando a gente movimenta pessoas de um lugar para outro e quando algo dá errado a gente muda o comportamento, age de forma meio controladora, ríspida talvez. Vitória, estudante alojada e moradora da Praia da Pescaria Velha, foi a primeira a me pedir para “pisar no freio”, que eles eram adultos e que a situação estava mais controlada. João Pacheco de Oliveira (2009) aborda em seus estudos o comportamento do antropólogo no campo e discorre sobre o quanto o envolvimento excessivo poderia estar afetando o seu rendimento como pesquisador, afastando-o do foco científico acadêmico de seus estudos. Ele complementa, ao tocar no assunto da intervenção direta do pesquisador nas instituições, sobre o excessivo envolvimento político, assumindo papéis de representação oficial das comunidades ou instituições nativas, exercendo um papel de tutela sobre essas pessoas.

Depois da Vitória, Érica - quilombola da Praia Suja, uma mulher da minha idade, mãe da Dafne, também aluna do curso - disse: “*Fabi, eles são adultos e você não é mãe deles, aqui ninguém é criança mais*”. Neste momento, caiu a ficha de que eu estava ocupando quase todo o meu tempo em função deles e mal havia organizado minhas anotações de campo. Precisei me afastar estrategicamente por um período antes que tivesse algum tipo de surto e esse “laudo médico” foi dado pela minha filha Isabella, de 23 anos. Um dia eu cheguei em casa muito agitada porque tinha visto o Natan (outro estudante alojado da Marambaia, também morador da praia da Pescaria Velha) na Rua do Grêmio e tive o seguinte diálogo com minha filha:

- Estava passando pela Rua do Grêmio, na altura da Praça do Cabral, e vi o Natan...o que será que aconteceu? Ele sumiu rápido, fui desviar o carro de umas pessoas de bicicleta e quando olhei pra ver onde ele estava, não o vi mais - eu disse preocupada.
- Ele deve ter ido no bar do Mazinho com os colegas! – respondeu Isabella prontamente.
- Não é possível que o Natan esteja matando aula! Vou ligar pra ele! – insisti.
- Quantos anos o Natan tem? Dezesseis? Tomara que ele te dê um fora! Ele deve ter se escondido de você, pária de vigiar o povo da Marambaia! – finalizou Isabella.

Depois disso, eu fui para o grupo do WhatsApp da turma da Marambaia e perguntei se tinha acontecido algo. Passaram-se alguns minutos e ninguém respondeu, então saí de todos os grupos que eu estava com eles. Já no final de tarde, Vitória me responde que estava sem sinal de celular no Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS na Rural, e que ela e Maria Júlia

(a Maju) estavam na correria dos preparativos para irem à Brasília naquela noite, em um encontro da União Nacional dos Estudantes - UNE, juntamente com outros coletivos da UFRRJ. Vitória e Maju ocupam o cargo de presidentes do Coletivo Quilombola na UFRRJ. Mesmo com toda correria, Vitória parou para ouvir um pouco meus lamentos e me colocou de volta no grupo do “zap da turma”.

Eles estavam se articulando, construindo redes de apoio e fazendo suas lutas, da forma como aprenderam com seus pais no território; e eu precisei aprender a não mais interferir nas decisões e ações deles. Experimentei aquelas sensações de quando o filho vai para o mundo e nem tudo que acontece a gente vai ser o primeiro a saber. Baniwa (2019), antropólogo indígena, reconhece que existe uma tendência das comunidades tradicionais aceitarem a tutela do antropólogo, do pastor, do missionário. Contudo, ele reflete sobre a necessidade de representação e a importância de se ter alguém de confiança da comunidade para exercer o papel de representante. Sobre esta representação, Baniwa (2019) reforça a importância das comunidades formarem seus próprios intelectuais para as representarem e não recorrer à pessoas articuladas ou estruturas coloniais, como universidades e centros religiosos.

Diante do exposto, precisei deixar os estudantes viverem a sua trajetória acadêmica, construírem as suas relações e me colocar à disposição caso precisassem de mim, mas nunca mais precisaram. A problemática dos alojamentos não pôde ser resolvida de pronto. Se por um lado os estudantes reivindicavam o alojamento quilombola, por outro a universidade não tinha respaldo documental para permitir que este “aquilombamento” acontecesse. A Pró-reitora alegava falta de um regimento interno desta unidade da instituição que desse respaldo às solicitações dos quilombolas; e essa ausência documental na esfera educacional deslocou a luta quilombola em direção ao caminho da burocratização.

Assim como no passado a comunidade da ilha institucionalizou a luta com a criação da ARQIMAR, os estudantes da Marambaia também fizeram um percurso semelhante. O que mais uma vez neste trabalho leva à reflexão de que, diante da negação de direitos, os sujeitos deste campo tendem a acessar o caminho da burocracia: escrever, documentar, institucionalizar para através desta linguagem dialogar com o Estado, neste caso representado pela universidade. A luta burocratizada através dos documentos cria outras formas de relacionamento com o Estado.

A criação do Coletivo da Ancestralidade Quilombola permitiu aos ingressantes da Marambaia conhecer outros quilombolas na UFRRJ. E apesar das dificuldades em encontrar os demais via instituição, os membros do CAQ espalharam cartazes com um QR CODE de

acesso ao um grupo de mensagens. Esta iniciativa permitiu aos estudantes da Ilha da Marambaia uma conexão com outros quilombolas de diversos cursos da Rural, inclusive de mestrado e doutorado.



Figura 17: Criação do Coletivo da Ancestralidade Quilombola no Pavilhão Central – UFRRJ em 10/11/2023.
Fonte: Registro da autora.

A universidade, através da pró-reitora Juliana Arruda, procurou os estudantes para prestar esclarecimentos sobre a bolsa permanência. Assim que eles receberam o e-mail com o link da reunião online, me enviaram para que eu pudesse participar com eles. Nesta reunião, foram dados esclarecimentos sobre a bolsa permanência do Governo Federal para a qual, a esta altura, eles já haviam realizado a inscrição pelo menos duas vezes. A nível de informação, no ano de 2023 o governo do Presidente Lula realizou reajustes neste benefício, passando de R\$ 900,00 para R\$ 1.400,00, um valor significativo para dar continuidade aos estudos, especialmente no caso dos estudantes da Marambaia, sendo a maioria deles trabalhadores na pesca²⁵ junto com seus pais. A universidade passou a ser um meio de praticar a luta, aprendida na comunidade, através da qual gradativamente os estudantes obtiveram êxito com a implementação dos auxílios. E no 2º semestre de 2024 eles puderam comemorar o fato de todo o grupo ter sua bolsa implementada, embora para alguns isso tenha acontecido dois anos depois do acesso à universidade.

²⁵ Muitos estudantes da Marambaia são também caiçaras, membros de famílias cujo sustento é adquirido através da pesca; alguns são moradores da Praia da Pescaria Velha, local de maior concentração de pescadores na ilha.

Neste processo de espera pela bolsa, alguns estudantes trancaram o curso e outros desistiram pela falta de condições para se manterem. Ainda temos o exemplo da Dafne, que depois de estudar um semestre inteiro perdeu a vaga por se confundir com o uso do sistema de matrícula e prazos. E o caso de Vania Guerra, que perdeu sua matrícula ainda sem uma explicação plausível sobre o seu desligamento da universidade.

Todos esses assuntos são exemplos do que já foi posto neste texto, sobre o quanto as burocracias estão presentes de forma mais expressiva nos processos que conferem direito aos sujeitos. Conforme explicou Juliana Arruda, a UFRRJ chegou a ter 35 vagas neste auxílio mas, devido à falta de transparência da plataforma, não é possível prever o número de vagas que serão disponibilizadas anualmente para cada universidade. Por conta disso, ela enxergou como solução orientar a inscrição semestral, para que o Governo Federal tivesse ciência das demandas da universidade. Além disso, o sistema de inscrição deixa dúvidas sobre a mesma, não oferecendo um retorno ou alguma imagem visual que garanta que a inscrição foi de fato recebida. Segundo dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação, em 2024 os auxílios na universidade foram distribuídos nos cursos de Zootecnia, Licenciatura em Educação do Campo, Geografia, Psicologia e Agronomia; atendendo a estudantes quilombolas e indígenas.

3.1 Colocando as queixas no papel: a carta escrita para o Presidente Lula

No dia 3 de janeiro de 2024, a comunidade da Marambaia recebeu a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva²⁶. Nesta ocasião, ele e a primeira-dama Janja Lula da Silva passaram o fim de ano na base naval da Marinha. A notícia sobre a partida do presidente para a ilha foi divulgada na internet logo após o Natal, no dia 26/12. Teve então início a implementação de um grande esquema de segurança, o que de certa forma chamou atenção dos moradores e serviu como uma confirmação da sua vinda. Durante sua visita, o presidente seguiu acompanhado de sua esposa Janja e pelo alto escalão da Marinha do Brasil (Comandante, Almirante e Imediato), junto com alguns assessores de governo e seguranças. Tive acesso a um dos vídeos²⁷ feitos pelos moradores e este material permitiu a transcrição de parte da conversa entre moradores e o presidente Lula:

²⁶ Os bastidores da visita realizada em 03/01/2024 foram registrados pela repórter Míriam Leitão do Jornal “O Globo”. Fonte: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2024/01/os-bastidores-da-visita-de-lula-ao-quilombo- da-marambaia-e-os-pedidos-dos-moradores.ghtml>

²⁷ https://www.instagram.com/p/C1p8dsHPS00/?img_index=6 Vídeo realizado por Maju Guerra.

“Eu sei o problema de transporte de vocês, eu sei que vocês têm um barco de manhã e um barco à tarde para atravessar, que talvez vocês tenham outros problemas aqui, que é importante fazer uma lista, colocar isso no papel, se tiver pronto eu levo, se não tiver eu espero” (Presidente Lula, 2024).



Figura 18: Presidenta Jaqueline Alves entregando um documento ao Presidente Lula em janeiro de 2024.
Fonte: Acervo da comunidade.

Mais uma vez surge no trabalho a questão da burocracia, do documento escrito, da importância de se registrar. Representantes da comunidade e da presidência da associação confeccionaram um documento escrito. De acordo com pude apurar em conversas na ilha, um grupo de diretores passou as festas de fim de ano produzindo tal documento. Estive no dia 5 de janeiro na ilha, dois dias após a visita do presidente. Almocei com Jaqueline, Dona Lídia e Denise, e nenhuma delas tocou diretamente no teor do documento. De um modo geral, Jaqueline falou que o documento tratava das necessidades dos moradores relacionadas às questões de educação - cuja atenção maior foi dada no primeiro capítulo deste trabalho - saúde, mobilidade e meio ambiente, focando especificamente no assunto do avanço do mar sobre a orla, onde vivem boa parte dos moradores.

Durante este almoço na ARQIMAR, Jaqueline comentou sobre a entrevista que deu à Agência Brasil de Notícias²⁸.

²⁸ <https://noticiapreta.com.br/quilombolas-de-marambaia-lutam-por-melhorias-nos-servicos-publicos/> Publicado em 6 de janeiro de 2024.

Realizei uma busca na internet e consegui encontrar o conteúdo:

“A gente está dentro de uma ilha e a gente não consegue mensurar de que forma vão se dar os fenômenos da natureza. Existe um avanço da maré que é muito comum em áreas de ilhas, e a gente está sofrendo com isso. Existe uma casa que precisa sair de onde está” (Jaqueline Alves, 2024).



Figura 19: Rita Marçal dançando jongo com o Presidente Lula em janeiro de 2024.
Fonte: Acervo da comunidade.

O conteúdo deste documento nunca foi revelado na íntegra, ficou em segredo. Contudo, a partir deste dia, passei a observar algumas sutis mudanças na comunidade. A primeira delas foi o uso de trajes civis pelos militares nos eventos da comunidade a partir da visita do presidente, o que vem se repetindo nos demais eventos do ano passado e deste ano. Além disso, a embarcação Sargento Borges foi substituída pela embarcação Sargento Barnabé em maio de 2024.

Este novo transporte possui acessibilidade nos banheiros, ar-condicionado, água gelada e os moradores viajam sentados e seguros no interior da embarcação; embora ainda na opinião de muitos falte acessibilidade nas escadas que dão acesso à parte inferior do barco. Houve também uma troca no comando da Marinha na Marambaia, o que talvez não tenha muita relação com a vinda do presidente, pois parece existir uma regra de periodicidade de troca de comando a cada dois anos (não procurei me aprofundar por conta deste trabalho não ser sobre a Marinha). No entanto, percebi esta nova gestão um pouco mais próxima dos moradores e solidária, o que pode ser apenas uma impressão minha.

Uma outra importante mudança foi percebida em novembro de 2024, quando não houve treinamento militar com “tiros reais” e “tiros de aeronave” na ocasião da Festa da Consciência

Negra, realizada nas ruínas. Do contrário, o comando da Marinha esteve presente usando trajes civis, quase imperceptíveis entre as mais de 800 pessoas que estavam na festa; em meio a roda de samba, capoeira, jongo, feijoada e muitas caixas d'água repletas de cerveja, sem intercorrências, sem brigas ou necessidade de intervenção militar. Enquanto na festa de novembro de 2023, com menos da metade dos convidados, precisamos sair às pressas no meio da roda de jongo por conta de uma aeronave que sobrevoava a ilha. Algumas pessoas que estavam pela primeira vez nessa festa ficaram muito assustadas. Fico questionando sobre como seria possível cuidar da “manutenção dos padrões culturais” - prevista no TAC - se, diante da festa mais importante para a comunidade negra, aconteciam esses treinamentos.

Comecei a pensar que fosse uma cisma minha, mas os moradores afirmaram que sempre que tem a Festa da Consciência Negra a Marinha entra com o treinamento de tropas. O mesmo parecia acontecer no mês de maio. Embora a comunidade não faça comemorações ao dia da abolição, encontrei uns avisos antigos que deram conta da entrada de tropas também em maio, próximo ao dia 13. A comunidade foi avisada via ofício e, desta vez, o texto não veio como aquele da “sandália havaiana” ou “tipo rasteirinha”, e sim da seguinte forma:

“Informação de Exercício de Tiro: Senhora Presidente, participo que será realizado exercício de tiro com Aeronave e AERONAVE-TERRA, com ativação da Área Perigosa e Interdição de Área Marítima na área 1-4 (Ponta do Varejo).
Solicito dar ampla divulgação para a comunidade”.
Data e assinatura do comandante.

O aviso encontrado no Instagram “Barra de Guaratiba Publicidade” informava a presença de tropas também em maio, em datas próximas ao dia 13 de maio:

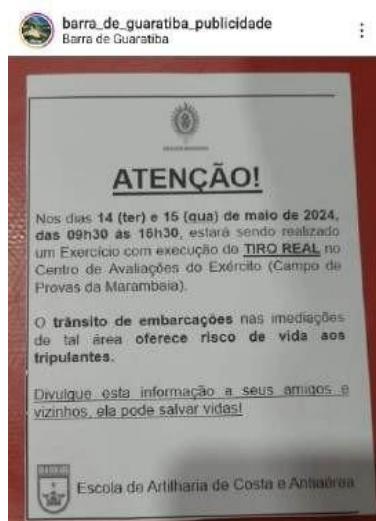


Figura 20: Aviso sobre tiros na Marambaia.
Fonte: Barra de Guaratiba Publicidade.



Figura 21: Visitantes deixando a festa na ARQIMAR ao som de tiros e fogos de artifício em 20/11/2023.

Fonte: Registro da autora.

No dia 6 de janeiro de 2024 estive na ilha e a presidência da comunidade foi chamada para uma reunião no CADIM. Pude registrar um carro oficial vindo buscar as diretoras na ARQIMAR. Depois deste janeiro, começaram as discussões na ilha para troca da diretoria através de eleição. O fim da gestão da Jaqueline seria em março/2024 e haviam muitas demandas presentes neste processo, como a montagem das chapas e as reuniões para formação de alianças. Senti que era o momento de respeitar o tempo deles, sobretudo diante das dificuldades de comunicação. A comunidade criou as chapas, uma de reeleição da Jaqueline e outra que foi a vencedora, cujo presidente é o Fábio.



Figura 22: Cerimônia da posse da nova diretoria da ARQIMAR em 01/09/2024.
Fonte: Arquivo da autora.

Não acompanhei este processo de dentro, mas fui convidada para a cerimônia de posse. Minha visita de janeiro seria a última daquele semestre. Passei este período em outras frentes com os estudantes da Marambaia na Universidade Rural. A troca de gestão não afetou o meu trabalho de pesquisa e voltei a estar muito presente na comunidade, construindo novas redes.

É importante pontuar que a organização da escrita final desse texto ocorreu no início deste ano, momento em que a comunidade vive uma nova efervescência: a implementação do ensino médio na ilha para 2025. Este trabalho de pesquisa, que começou com o intuito de atender a uma questão educacional na comunidade, entra em sua reta final retomando nesse assunto e trazendo a notícia de que neste ano será formada a primeira turma de ensino médio na escola. A qual futuramente terá o nome da Dona Béa: Beatriz Maria Inocêncio, uma importante liderança da Marambaia, lembrada por abrigar as reuniões para criação da associação por muitos anos e por fazer de sua amendoeira na Praia Grande o teto da ARQIMAR em 2003 e nos anos seguintes, até que a sede fosse construída na Praia Suja.

Tanto a Escola de Ensino Médio que levará o nome de Dona Béa, quanto a Formação em Educação Escolar Quilombola para os professores da Escola Municipal Levy Miranda, situada na Marambaia, são respostas às demandas escritas na carta entregue em mãos ao

Presidente Lula. Da mesma forma, o barco novo divulgado pela Marinha, nas redes da comunidade através de vídeo, “para atender às necessidades dos moradores da Marambaia”.



Figura 23: Amendoeira da Dona Béa em 2024 e o avanço do mar na Praia Grande.

Fonte: Registro da autora.

Neste momento, estou muito próxima da comunidade, participando de muitas reuniões com a presidência do quilombo, pois aceitei o convite para exercer um papel de coordenadora no “Curso de Formação em Educação Escolar Quilombola”, a ser oferecido na Escola Municipal Levy Miranda, na Ilha da Marambaia. Recebi com muita felicidade este convite, não apenas pela oportunidade de ser a mediadora de questões da comunidade junto às instituições ou por adquirir novas experiências, mas por perceber quanta evolução o tempo promoveu no campo das nossas relações; o quanto conviver na Marambaia me fez amadurecer sobre minhas intenções de pesquisa e sobre o caminho a percorrer daqui por diante.

Viabilizar o acesso à universidade foi pensado por Rita em 2021 e, desde então, tudo o que construímos na comunidade como experiências para este acesso foi comunicado em eventos científicos pelos ingressantes e por mim em alguns trabalhos. Hoje, essas experiências levaram os estudantes a encontrar outras pessoas interessadas na temática e envolvidas na luta quilombola, assim como a fazer parte de uma Comissão Interinstitucional das Universidades Públicas do Rio de Janeiro para a promoção de políticas de acesso e permanência dos quilombolas e indígenas. Processo no qual participo oficialmente, representando a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro junto com o Coletivo Quilombola, sendo este o caminho que pretendo percorrer na pesquisa de doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do cotidiano da comunidade da Marambaia foi muito desafiador. Dentre as muitas opções de etnografias possíveis a este campo, a escolha dos documentos manejados pelos moradores como objeto foi uma tentativa de tirar as pessoas desse lugar onde geralmente são inseridas nas pesquisas, transferindo esta atribuição aos documentos manejados por elas, em respeito ao sentimento crítico que verbalizam de se sentirem como “coisas”.

Compreendendo a comunidade a partir dos documentos manejados por ela, foi possível dividir a pesquisa em três momentos: o primeiro, no período pós-abolicionista, com a doação verbal das terras, fase em que os moradores da ilha viviam sem a presença dos documentos. A segunda fase na ocasião da entrada da Marinha (1970) e implementação do CADIM, em que os ilhéus iniciaram um contato intenso com documentos desconhecidos e ilegíveis, sendo um momento em que foram processados, julgados e punidos com a expulsão. Por fim, o terceiro período foi marcado pela criação da ARQIMAR em 2003, quando a relação da comunidade com os documentos muda e ela passa a produzir documentos, institucionaliza a sua luta pela posse do território, dialoga através de ofícios dentro e fora da ilha, com a Marinha e outras instituições apoiadoras da luta.

Os documentos produzidos pelo Estado, acessados por esta pesquisa, apresentaram dois perfis distintos, a depender dos seus objetivos. Quando os documentos tinham por finalidade promover a ordem, eles eram bastante acessíveis, atrativos e explicativos, possuíam uma linguagem objetiva com tamanho de fonte legível, continham exemplos e eram coloridos. Já quando o objetivo era conferir algum direito ao quilombola, os documentos eram de difícil acesso, escritos com uma linguagem jurídica e fonte tamanho 10 ou menor, pouco explicativos e sem exemplos; além de presentes em diretórios de difícil localização quando divulgados de forma online.

O Projeto de Leitura de Editais, implementado na Marambaia a partir de uma provocação feita por Rita Marçal, colheu os frutos de ter seus membros iniciando o quinto período da graduação na UFRRJ. A maioria dos estudantes não desistiu e todos seguem com a Bolsa Permanência do Governo Federal implementada, participando de outros programas na condição de bolsistas, como o PIBID e o PET. Eles seguem atuando no território, levando a comunidade “ruralina” para realizar vivências na comunidade, assumindo cargos na diretoria da ARQIMAR - como é o caso da Maju e do Natan - e atuando ainda na militância.

O teor da carta entregue ao Presidente Lula pela comunidade, em janeiro de 2024, talvez nunca seja conhecido por completo. Porém, as mudanças oriundas desta iniciativa já são muito

perceptíveis. A primeira delas foi a chegada de uma nova embarcação em maio de 2024: a Sargento Barnabé. Destinada a atender a comunidade, a embarcação é totalmente refrigerada, possui acessibilidade com banheiros adaptados aos cadeirantes, bebedouro, assentos confortáveis e coletes salva-vidas acessíveis, dentre outras características que permitem aos moradores da ilha viajarem em segurança no interior do barco, sem os riscos impostos pela embarcação anterior, a Sargento Borges. Embora o transporte ainda siga os “critérios de antiguidade” da Marinha e os moradores continuem sendo os últimos a embarcar e desembarcar, a viagem na nova embarcação oferece agora mais segurança.

Seguindo a linha de observação das mudanças ocorridas após a entrega da tal carta, os treinamentos de tropas que nos últimos anos vinham acontecendo na Semana da Consciência Negra, não aconteceram mais em 2024. A festa foi realizada nas ruínas e sem interrupções por conta desses treinamentos. Havia militares na festa, mas com roupas civis e sem armas expostas, quase imperceptíveis em meio aos convidados.

Esta pesquisa demarcou o destaque das mulheres na luta quilombola da Ilha da Marambaia, seja na representação oficial fazendo parte da presidência, como é o caso da Jaqueline Alves, ou em parte da diretoria, como é o exemplo de Rita Marçal. Ambas comprometidas com a comunidade e preocupadas com a questão escolar, considerada a principal causa de evasão dos moradores para o continente. As mulheres que no passado tiveram seu acesso à Escola de Pesca negado mesmo sendo pescadoras, atualmente transformaram essa negação em luta pela escolarização de todos, de forma igualitária para mulheres e homens.

A luta da juventude quilombola na universidade segue o mesmo caminho da burocratização, assim como foi com seus pais na ocasião da criação da ARQIMAR. Estes estudantes buscam por transparência no sistema de distribuição dos auxílios permanência por parte do Governo Federal e estão presentes com frequência nos eventos organizados pela União Nacional dos Estudantes em Brasília.

A luta pelo acesso à educação não cessa com o ensino médio na ilha e nem com o curso de graduação na UFRRJ. As políticas do Governo Federal que chegaram recentemente à Marambaia demandaram a necessidade de que alguém da comunidade tivesse o curso de mestrado, o que inviabilizaria a recepção dos recursos federais a menos que um representante fosse indicado por eles. Avançamos assim na luta para viabilizar a possibilidade de cursos de mestrado aos formandos que desejarem, o que é importante para que a comunidade não dependa mais de representantes externos prestando este tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, questiono se algum dia as condições para o acesso aos direitos das comunidades tradicionais quilombolas estarão de fato de acordo com a realidade de vida delas, a qual o Estado conhece bem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUTI, José Maurício. Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia. Rio de Janeiro, Koinonia/ Projeto Egbé, Territórios Negros, 2003.
- ALVES, V. Z.; ARRUTI, J. M. A. P. Antiga Escola da Marambaia: História e memória de uma experiência do ensino industrial da pesca (1939 – 1970). Rio de Janeiro, 2010, 122p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.
- BANIWA, Gersem Luciano. Antropologia Colonial no Caminho da Antropologia Indígena. Novos Olhares Sociais: Revista do PPGCS/ UFRB, v. 02, n. 01, p. 22-40, 2019.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah.“State and its margins: comparative ethnographies”. In: Das, V.; Poole, D. (org). Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: SAR Press. pp. 3-33, 2004.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, GERI-UAM, 2008.
- FARIAS, Juliana. Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Perspectivas antropológicas sobre documentos: encontros etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: Ferreira, Leticia; Lowenkron, Laura. (Org.). Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. 1ed.Rio de Janeiro: E Papers/Faperj, v. 1, p. 17-52, 2020.
- FERREIRA, L. C. de M., & NADAI, L. (2015). Reflexões sobre burocracia e documentos: apresentação do dossiê. *Confluências / Revista Interdisciplinar De Sociologia E Direito*, 17(3), 07-13.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1995 (1979).
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1990.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: Curso dado no College de France (1977-1978). Martins Fontes: São Paulo, 2008
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, Flávio. Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.
- MAGNANI et al. Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.17, n.49, 2002.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada, 2019.

MOURA, Clovis. *Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clovis. *A sociologia do negro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

MOREIRA, R.C., AMARAL, Maísa Maria Batista. Prates. *Mulheres do MST e a práxis do feminismo camponês popular*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, Florianópolis: UFSC, 2021. v. 1. p. 1-12, 2021.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1^aed. Curitiba: Appris, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia*. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 - 27, 2009.

PAZ, Shefanye Silva. *Enredos, funções e trabalhos: produção carnavalesca e práticas religiosas no barracão da Mangueira*. 267 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravagista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2007.

RILES, Annelise. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

SCHMITT, A., TURATTI, M.C.M., CARVALHO, M.C. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade* (10), 129- 139, 2002.

YABETA, Daniela. *Marambaia: história, memória e direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (C.1850 – tempo presente)*. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2014.

YABETA, Daniela, GOMES Flávio . Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). Afro-Ásia [en linea]. 2013, (47), 79-117[fecha de Consulta 9 de Abril de 2025]. ISSN: 0002-0591. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77026210003>

ANEXOS

ARQIMAR - Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia

Sede: Praia Suja nº 01 Ilha da Marambaia Mangaratiba – RJ CEP: 23860-000

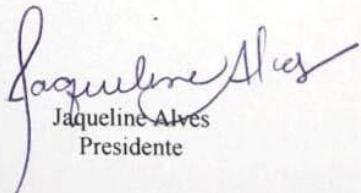
Telefones: (21)971628038/996187683/996507487

E-mail:arqimar@yahoo.com.br Blog:<http://quilombodamarambaia.wordpress.com>

Facebook:<http://www.facebook/quilombodamarambaia>

Mangaratiba, 03 de abril de 2023.

A Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia- ARQIMAR, declara que, Fabiana Helena da Silva, portadora do CPF 052.268.317-73, inscrita no Curso de Mestrado em Ciências Sociais / PPGCS da UFRRJ, sob a matrícula 20231002080, foi recebida nesta comunidade como pesquisadora, sendo autorizada a desenvolver seu projeto de pesquisa junto a nossos membros.



Jacqueline Alves
Presidente

06.204.958/0001-80

ARQIMAR - ASSOCIAÇÃO DA
COMUNIDADE DOS REMANESCENTES
DE QUILOMBO DA ILHA DA MARAMBAIA

Praia do Sudo, 10
Ilha da Marambaia - CEP 23860-000
MANGARATIBA - RJ

Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia resistindo e vencendo as adversidades.

1. Projeto de Pesquisa: Estudo etnográfico na Comunidade Quilombolas da Ilha da Marambaia: protagonismos, resistências e agenciamentos da vida cotidiana.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 432			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: FABIANA HELENA DA SILVA			
6. CPF: 052.268.317-73	7. Endereço (Rua, n.º): VINTE E QUATRO BOA ESPERANCA N. 15 SEROPEDICA RIO DE JANEIRO 23894482		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (21) 2682-1071	10. Outro Telefone:	11. Email: fabianahelenarj@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
<p style="text-align: right;">Documento assinado digitalmente FABIANA HELENA DA SILVA Data: 18/01/2024 18:18:23-0300 Verifique em https://validar.itd.gov.br</p>			
<p>Data: _____ / _____ / _____</p> <p style="text-align: right;">Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	13. CNPJ: 29.427.465/0001-05	14. Unidade/Órgão:	
15. Telefone: (21) 2682-1024	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>José Luis Fernando Luque Alejos</u>		CPF: _____	
Cargo/Função: <u>Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação</u>		<p style="text-align: right;">Documento assinado digitalmente JOSE LUIS FERNANDO LUQUE ALEJOS Data: 22/01/2024 16:07:34-0300 Verifique em https://validar.itd.gov.br</p>	
<p>Data: <u>22</u> / <u>01</u> / <u>24</u></p>		<p style="text-align: right;">Assinatura</p>	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada ESTUDO ETNOGRÁFICO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA: PROTAGONISMOS, RESISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS DA VIDA COTIDIANA. O objetivo desta pesquisa é a partir do acompanhamento do cotidiano da comunidade tentar compreender como os moradores organizam sua vida cotidiana, como se conectam com sua etnicidade, sendo quilombolas e também caiçaras, como desenvolvem suas práticas culturais, suas resistências, evidenciando protagonismos e agenciamentos, tendo em vista que o quilombo da Marambaia é localizado em uma ilha muito distante do continente. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é Fabiana Helena da Silva, ela é mestrandra, do/a Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Você receberá os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e asseguro que o seu não será divulgado, salvo os casos em que haja interesse por parte do participante e seja autorizado, do contrário, será mantido o mais rigoroso sigilo, em favor de não identificá-lo (a).

As informações serão obtidas da seguinte forma: A pesquisa será realizada com o acompanhamento da diretoria da comunidade, nos dias em que a diretoria estiver promovendo ações públicas com seus membros, a fim de garantir que todo procedimento seja feito sob o olhar atento da diretoria e demais membros da comunidade. Nenhuma pessoa será abordada para responder questionários, a coleta de dados se dará a partir do preenchimento do caderno de campo pela pesquisadora e acontecerá durante o período que durarem esses eventos, a pesquisa será realizada em grupo, durante as ações. O local de realização da pesquisa, dependerá de onde acontecerão as ações promovidas pela associação de moradores. Caso sejam percebidas questões relevantes para a pesquisa performadas por algum integrante da comunidade, estes serão convidados a ter ciência dos dados coletados, a partir da leitura das informações registradas pela pesquisadora em caderno de campo. A partir desta leitura, o morador da comunidade autorizará ou não a sua participação na pesquisa, lembrando que não serão feitas arguições, tampouco entrevistas complementares, o material que irá compor a pesquisa escrita, será o mesmo lido no caderno de campo. Caso sejam realizados registros de gravação ou fotográfico, será preenchido o Termo de Uso de Imagem e Som.

A sua participação envolve os seguintes riscos previsíveis: os riscos são mínimos, o participante poderá se sentir constrangido ou desconfortável em ter sua “performance” observada durante essas ações, citada na pesquisa. A participação pode ajudar a pesquisadora a entender melhor como se perpetuam as questões culturais na comunidade da Marambaia, como é a relação do mais velho com a criança, neste sentido de perpetuação de conhecimentos ancestrais, qual a importância destas relações estabelecidas entre menor e o mais velho no jongo, na capoeira, nas feijoadas, nos mutirões das hortas. Entender como se dão essas relações e realizar seus registros escritos sobre os costumes, místicas, consagrações são importantes para comunidades tradicionais quilombolas, servem como documento para uso futuro.

Você está sendo consultado sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará penalidade alguma.

Você não será remunerado por ser participante da pesquisa. Se houver gastos com transporte ou alimentação, eles serão resarcidos pelo pesquisador responsável. Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável. Caso a pesquisa resulte em dano pessoal, o ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante. O resultado final da pesquisa será apresentado pela pesquisadora na Associação de Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia – ARQIMAR, em reunião aberta a toda a comunidade, e um exemplar impresso será arquivado na ARQIMAR para consulta dos moradores.

UFRRJ- CAMPUS SEROPÉDICA
BR 465, Km7, CEP 23.897-000, Seropédica, Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2682-1071 – e-mail: fabianahelenarj@gmail.com

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa



Caso você tenha qualquer dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com o(a) pesquisador(a) através do(s) telefone(s) (21) 2682-1071 residência ou (21) 98538-2417, pelo e-mail fabianahelenarj@gmail.com endereço profissional/institucional Rua Vinte e Quatro, nº 15, Bairro Boa Esperança – Seropédica, CEP: 23984-482.

Este estudo foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o registro CAAE _____. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir o bem-estar, a dignidade, os direitos e a segurança de participantes de pesquisa; bem como assegurando a participação do(a) pesquisador(a) sob os mesmos aspectos éticos.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situada na BR 465, km 7, Seropédica, Rio de Janeiro, pelo telefone (21) 2681-4749 de segunda a sexta, das 09:00 às 16:00h, pelo e-mail: eticacep@ufrj.br ou pessoalmente às terças e quintas das 09:00 às 16:00h.

No caso de aceitar participar da pesquisa, você e o pesquisador devem rubricar todas as páginas e também assinar as duas vias deste documento. Uma via é sua e a outra via ficará com o(a) pesquisador(a).

Para mais informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a **Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa** elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), disponível no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf

Consentimento do participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o(a) pesquisador(a) e aceito participar, sabendo que posso desistir a qualquer momento, mesmo depois de iniciar a pesquisa. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo, bem como manifesto o interesse na divulgação da minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____ local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obteve de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do Pesquisador: _____

Assinatura: _____ Local/data: _____

Nome do auxiliar de pesquisa/testemunha (Se houver): _____

Assinatura: _____ Local/data: _____



Assinatura Datiloscópica (se não alfabetizado)

Este termo foi elaborado a partir do modelo de TCLE do CEP/Unifesp e orientações do CEP/IFF/Fiocruz.

Rubrica do Pesquisador Principal	Rubrica do(a) Participante da Pesquisa
----------------------------------	--

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Para fins de direito, autorizo o uso da minha imagem e/ou voz pela pesquisadora FABIANA HELENA DA SILVA, associada ao projeto intitulado ESTUDO ETNOGRÁFICO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA: PROTAGONISMOS, RESISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS DA VIDA COTIDIANA. As imagens e/ou voz poderão ser utilizadas de forma parcial ou total em diferentes meios de publicação e divulgação, tais como em eventos científicos diversos, apresentações audiovisuais, publicações em sites, redes sociais e divulgações comerciais ou não, em exposições e festivais com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens e áudios resultante da pesquisa, e na Internet e em outras mídias futuras, desde que não se descaracterize seu vínculo com o projeto de pesquisa/extensão.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos associados a minha imagem e/ou voz.

Nome: _____

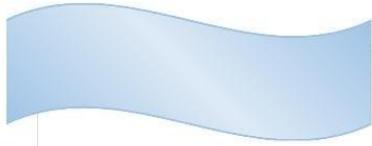
Telefone1: () _____

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Você está sendo convidado(a) para participar de um estudo que tem o seguinte nome: ESTUDO
ETNOGRÁFICO NA COMUNIDADE

QUILOMBOLA DA ILHA

DA MARAMBAIA: PROTAGONISMOS, RESISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS DA VIDA COTIDIANA.

Sua participação é importante e você pode escolher participar ou não. Iremos conversar com seus responsáveis, pois é importante termos a autorização deles também.

Com este documento você fica sabendo de tudo que vai acontecer nesse estudo, se tiver qualquer dúvida é só perguntar para o pesquisador ou seu responsável.

Por que esta pesquisa é importante?



Quem pode participar?

Este estudo será realizado para descrever as histórias de resistências e protagonismos dos moradores da comunidade, suas estratégias de vida, as atividades culturais, as memórias e o cotidiano da única comunidade quilombola ilhada do RJ, de modo que essas histórias são relevantes



Todos os moradores da comunidade da Marambaia podem participar.



Como será a pesquisa?



A pesquisa será realizada a partir dos encontros promovidos pela Associação de Moradores, como reuniões, mutirões e eventos, de modo que a colheita de dados da pesquisa será de forma



Se você participar, o que pode acontecer? Quais são os riscos?

Os riscos são mínimos, o menor poderá se sentir constrangido ou desconfortável em ter sua “performance” observada durante essas ações, citadas na pesquisa.

Como esses riscos serão cuidados?

A fim de eliminar esses riscos a qualquer momento a pesquisa poderá ser interrompida. Para minimizar riscos, o trabalho de pesquisa será realizado com o acompanhamento direto da presidente da Associação de Moradores, ou por algum dos seus membros da diretoria, a fim de diminuir desconfortos. A participação é livre, não é obrigatória e qualquer observação ou participação da autora em atividades dos comunitários será respaldada pelos próprios moradores através da Associação. Não serão realizadas entrevistas, tampouco questionários, a colheita de dados se dará pela observação. Os responsáveis pelo menor de idade serão convidados a ter ciência dos dados coletados, a partir da leitura das informações registradas pela pesquisadora em caderno de campo e poderá discordar e não autorizar o menor a participar da pesquisa. A pesquisa não incluirá nenhum tipo de arguição ao menor, a fim de evitar constrangimentos.

Por que sua participação é importante e pode ser boa para você?

A participação pode ajudar os pesquisadores a entender melhor como se perpetuam as questões culturais na comunidade da Marambaia, como é a relação do mais velho com a criança, neste sentido de